

Maior taxa do mundo asfixia economia

Falências crescem

56%, na esteira da

elevação dos juros

Dos EUA, Jair diz que um de seus salários de 33 mil “é muito pouco” e nem lembrava que tinha esposa

Bolsonaro foi reclamar nos EUA que está ganhando apenas R\$ 33 mil de salário. Ainda escondeu suas outras fontes: R\$ 30 mil de aposentadoria da Câmara, R\$ 39 mil de salário do PL e R\$ 11 mil de aposentadoria do Exército. Em desprezo por Michelle, disse também que “nem lembra que tem esposa”. “Você chega em casa, ela tá dormindo ou quando ela sai, eu que estou dormindo”. **Pág. 3**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.894 1 a 7 de Março de 2023

★ ★ ★ ★ ★

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Selic alta sangra Estado e impõe prejuízo em série aos setores produtivos

Em janeiro deste ano, o volume de recuperações judiciais requeridas foi o maior para o mês em três anos, segundo dados da Serasa Experian. Um total de 92 companhias entraram na Justiça para adiar o pagamento de dívidas em janeiro, segundo a pesquisa. A alta é de 37,3% em relação a janeiro de 2022 e de quase 90% ante janeiro de 2021. Em meio à estagnação econômica após a pandemia, os juros elevados impostos pelo BC agravaram a situação das empresas. A taxa básica de juros (Selic) pulou de 2% ao ano para 13,75%. **Pág. 2**

Posição pró-Otan do Brasil na ONU enfraquece interlocução pela paz

Fernando Frazão - ABr



A Assembleia Geral da ONU aprovou resolução apresentada pela Ucrânia, e secundada por seus patrocinadores da OTAN, condenando a Rússia pela guerra e cobrando a “imediata e incondicional” retirada de suas tropas do território onde se desenvolve o conflito. A representação brasileira, que havia se absterido no final de 2022, mudou de posição e votou pela condenação da Rússia, o que acabou enfraquecendo a possibilidade do Brasil desempenhar um papel de destaque na interlocução da paz entre Ucrânia e Rússia, como desejava o presidente Lula. **Pág. 3**

Bolsonarista sequestra própria mãe e interna à força em clínica psiquiátrica

A criminosa está presa junto com o marido que foi cúmplice do sequestro e roubo de bens da idosa. **Página 3**

Encerradas buscas após 65ª vítima ser encontrada em SP

O Corpo de Bombeiros, voluntários e militares encontraram no domingo (26) o corpo da 65ª vítima do temporal que assolou o litoral norte de São Paulo no Carnaval. Era a última pessoa considerada desaparecida que restava na área e, por enquanto, as buscas na Barra do Sahy, em São Sebastião, foram encerradas. As equipes de resgate passaram sete dias cavando na lama, que destruiu casas e invadiu ruas após a maior chuva já registrada no país, atingindo 680 mm em alguns pontos. **Pág. 4**

Ibama flagra o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro por tráfico de animais silvestres

O ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Anderson Torres, foi alvo de uma operação do Ibama, na sexta-feira (24), que encontrou gaiolas com 60 pássaros silvestres criados ilegalmente na sua residência em Brasília. Torres está preso desde 14 de janeiro por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, investigado por envolvimento nos atos golpistas cometidos por bolsonaristas no dia 8 de janeiro. **Página 3**

Manifestantes nas ruas de Milão e Gênova exigem fim das armas para Kiev e “Otan fora da Itália”

Nas cidades italianas de Gênova e Milão, milhares de pessoas foram às ruas no sábado (25) exigir o fim do envio de armas para a Ucrânia; condenar a política de “tudo para a guerra”; exigir “Otan fora da Itália” e denunciar as autoridades de Roma por violação da lei nacional ao enviar armas a país em conflito militar. **Página 6**

Imperatriz é campeã após 22 anos de jejum no Rio

A Imperatriz Leopoldinense levou o título de campeã do Carnaval de 2023 no Rio de Janeiro. A vitória, 22 anos depois da última conquista, aconteceu num desfile em que a escola teve como tema o embate entre Lampião, Satanás e São Pedro. Em São Paulo, a Mocidade Alegre logrou o título de campeã do Carnaval, após 9 anos, com o enredo sobre a história do primeiro samurai negro. **P. 8**



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



Rita Serrano, presidente da Caixa
“Juro elevado penaliza a Caixa, os clientes e o desenvolvimento do Brasil”

“Quando vou ofertar habitação, é mais cara com essa taxa de juros, uma das mais altas do mundo”, declarou Rita Serrano, presidente do banco público

A presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, afirmou que a taxa de juros da economia em 13,75% ao ano, mantida pelo Banco Central (BC), traz “dificuldade” para o crescimento da economia e penaliza a Caixa e os clientes, ao afetar “os investimentos” do banco público que são voltados “para o desenvolvimento do país”.

“Com uma taxa de juros alta, uma das mais altas do mundo, você penaliza a Caixa, que é voltada para o desenvolvimento do país, e os clientes. Quando vou ofertar habitação, por exemplo, é mais cara com essa taxa de juros. Com essa taxa de juros, perco o funding de poupança, pois deixa de ser atrativo, e começo a ter problemas para fazer esses investimentos. Entendo que, dentro do BC, a política monetária tem premissas, como gerar empregos e desenvolver o país. É importante ter um olhar para a necessidade do país de reavaliar isso. É uma discussão complexa, mas a dificuldade de crescimento vai estar colocada”, disse Rita Serrano, em entrevista ao Valor Econômico na quarta-feira (22/2).

A presidente do banco público também defendeu que a Caixa deve realizar reduções nos juros, como parte de uma política de concorrência e anticíclica.

“O papel dos bancos públicos, de fato, é fundamental atuar como política anticíclica. Os bancos públicos têm essa função, de contribuir no sentido da concorrência. A Caixa concorre no mercado e quando tem uma taxa de juros mais baixa, está concorrendo. O banco fez isso no passado dentro de uma política de precificação. De lá para cá, as exigências e a fiscalização nas operações do banco são maiores, e não me parece que isso esteja colocado neste momento. O banco faz sua precificação e consegue baixar a taxa de juros até o nível que vai concorrer ou que a operação se pague. Além disso, não pode fazer. Dentro de uma política de concorrência e anticíclica, é uma possibilidade, mas precisa seguir regras de governança e precificação. Nada que dê prejuízo para o banco será feito, mas dentro de uma política de concorrência, vale a concorrência. Não é isso que os liberais pregam? O mercado?”, indagou Rita Serrano, rebatendo o questionamento sobre a Caixa ter sido usada no passado por governos petistas para forçar uma redução nos juros dos restantes dos bancos.

Ao destacar que “não existe dicotomia” entre a atuação comercial e a social por parte da Caixa, Serrano cobrou que “os bancos privados deveriam ter um compromisso com o país, investindo no desenvolvimento”. A presidente da Caixa ainda afirmou que o banco público não irá deixar de conceder crédito para grandes empresas, como ventilam algumas notícias no sentido contrário.

“A Caixa nunca abandonou e não vai abandonar o atacado, mas nossa prioridade é o microcrédito, a pequena e a média empresa, que geram empregos, mas não vamos deixar de atuar nessa área, apesar de não ser a prioridade. A grande empresa tem opção de crédito fora da Caixa, o pequeno e médio empresário já têm opção mais restrita”, lembrou Rita Serrano.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/atual-taxa-de-juros-penaliza-a-caixa-os-clientes-e-o-brasil-afirma-presidente-do-banco/>

Foto: Arquivo/Agência Brasil



Com taxas de juros predatórias, 65 milhões de brasileiros iniciam ano com contas atrasadas

O ano começou com mais de 40% da população adulta brasileira inadimplente, aponta pesquisa da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). O número de pessoas com dívidas em atraso cresceu 0,56% em relação a dezembro de 2022, totalizando 65,19 milhões de consumidores – o que significa que quatro em cada dez brasileiros estão negativados. O volume de inadimplentes também é 7,74% maior do que o mesmo período de 2022.

A proporção e o crescimento do número de brasileiros que não conseguem pagar suas dívidas, apontam para os desafios do novo governo: baixar os juros e ampliar as rendas. Nos últimos quatro anos, a combinação de inflação, juros altos, desemprego e rendas arrochadas teve grande impacto sobre esta realidade.

De acordo com a pesquisa, 50,88% dos que deixaram de pagar suas dívidas são mulheres e 49,12%, homens. O valor médio das dívidas é de R\$ 3.883,63, cuja esmagadora maioria tem os bancos

como credores (63,04% das dívidas). A prática predatória dos bancos de cobrar taxas de juros abusivas nos cartões de crédito e cheque especial explicam a concentração.

Em seguida, estão as dívidas com o Comércio, que respondem por 11,78%. Depois, a inadimplência com as contas básicas, como Água e Luz, que atualmente representam 10,88% do total e são um sintoma do aperto dos brasileiros, que tem deixado de pagar até mesmo pelos serviços básicos por falta de dinheiro.

Decisão do Cade sobre refinarias da Petrobrás é ilegal e deve ser anulada, defende jurista

“Petrobrás deve se valer de todos os instrumentos jurídicos e administrativos para anular a decisão ilegal do Cade”, diz o professor de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP, Gilberto Bercovici, em entrevista à Aepet

O professor de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP, Gilberto Bercovici, defendeu, na sexta-feira (17/02), em entrevista à Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), que a nova direção da “Petrobrás deve se valer de todos os instrumentos jurídicos e administrativos para anular a decisão ilegal do Cade”, que impôs à estatal a privatização de oito das suas 13 refinarias, das quais duas já foram concretizadas: Landulpho Alves (RLAM) e a Isaac Sabbá (Reman).

O acordo do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) foi assinado voluntariamente pela gestão do governo Bolsonaro na Petrobrás em 2019 com o objetivo de acabar com o monopólio do refino no Brasil. A possibilidade do rompimento deste acordo está sendo avaliada pelo presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates.

O professor Bercovici, em entrevista para o site da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), afirmou que “o Cade, por qualquer de seus órgãos, não tem competência alguma para configurar ou determinar como deve ser realizada uma determinada política pública, como é o caso da política de refino de petróleo no Brasil. Deste modo, cabe ao Cade atuar dentro dos parâmetros constitucionais e legais. Não é possível a um órgão da Administração Pública usurpar competências de outros órgãos da Administração Pública, tendo em vista a delimitação constitucional e legal de suas atribuições como órgão responsável pela política concorrencial do país. O setor de refino de petróleo é monopólio constitucional da União, portanto, imune à incidência da legislação de defesa da concorrência no exercício de suas atividades”, explicou.

Bercovici expôs também que “não há previsão legal de instauração de procedimento investigativo com finalidade sancionatória contra a Petrobrás por ter exercido sua competência constitucional e legal de desenvolver as atividades do monopólio da União no setor de refino de petróleo (artigo 177 da Constituição e artigo 4º, II da Lei nº 9.478/1997). Não bastasse isso, a Lei nº 9.491/1997 proíbe expressamente a alienação ou transferência para a iniciativa privada das empresas estatais que exerçam atividades de competência exclusiva da União de

que trata, entre outros, o artigo 177 da Constituição. Qualquer ato tendente a impor medidas restritivas ao exercício do monopólio constitucional do refino, inclusive a venda de ativos, é abusivo e, portanto, nulo, pois fora dos limites de competência dos órgãos de defesa da concorrência”, argumentou Bercovici.

“A Petrobrás deve se valer de todos os instrumentos jurídicos e administrativos para anular a decisão ilegal do CADE, inclusive buscar a manifestação da Advocacia Geral da União, órgão competente para atuar em conflitos de competência na Administração Pública Federal (Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993). Estamos, neste caso, diante de uma explícita violação ao disposto na Constituição e em várias leis vigentes no país. A atuação do CADE e da Petrobrás viola a legalidade, firmando documentos nulos de pleno direito que podem trazer sérios impactos econômicos não apenas para os acionistas da Petrobrás, mas para toda a sociedade brasileira. Os envolvidos na realização do ato, o de firmar um Termo de Compromisso de Cessação de Prática Ilegal e inconstitucional, certamente não só podem como devem ser pessoalmente responsabilizados administrativa, cível e criminalmente”, observou o professor titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP.

Para Bercovici, a anulação e a revisão de atos que prejudicam a atuação da Petrobrás iriam contribuir para reduzir os preços dos combustíveis no Brasil, uma das promessas de campanha de Lula.

“O Presidente Lula deve cumprir sua promessa restaurando a Petrobrás como empresa estatal a serviço da sociedade brasileira, anulando e revendo os atos que prejudicaram sua atuação, inclusive a venda de ativos, acabando com a política de preços vinculada ao mercado internacional (PPI) e a distribuição excessiva de dividendos e reestruturando novamente a Petrobrás como empresa integrada de energia. A imensa maioria dessas decisões são administrativas, tomadas no âmbito da empresa, bastando a União voltar a exercer seu papel de acionista majoritária e controladora e cumprir a missão definida em lei para toda empresa estatal, como é a sociedade de economia mista Petrobrás: atender ao interesse público que justificou sua criação (artigo 238 da Lei nº



Gilberto Bercovici
6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas, e artigo 4º, §1º da Lei nº 13.303/2016, Lei das Estatais”, destacou.

O aumento dos preços dos combustíveis nas regiões em que as refinarias da Petrobrás foram privatizadas tem sido alvo de muitas críticas da população, já que uma das justificativas centrais para as privatizações foi a redução dos preços.

No caso do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), conhecido popularmente como botijão de gás, por exemplo, a Refinaria da Amazônia (Ream) – antiga Isaac Sabbá (Reman), que está sob o controle do grupo privado Atem desde o início de dezembro de 2022, já cobra 37,1% a mais do que o das refinarias da Petrobrás e 14% acima do cobrado pela Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia. A Rlam foi privatizada no final do ano de 2021, sob o controle do fundo árabe Mubadala Capital e passou a se chamar Mataripê. No ano passado estava na ponta dos preços altos dos combustíveis. Os dados citados são do Observatório Social do Petróleo (OSP), organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

O professor Gilberto Bercovici explica que, “como toda empresa privatizada, a RLAM passou a ser administrada visando a obtenção do melhor resultado financeiro possível para seus novos proprietários privados. As questões de interesse público, ambientais ou trabalhistas nem sempre são consideradas prioritárias ou relevantes. O fato de as refinarias atuarem em verdadeiros monopólios regionais, dado que foram criadas dentro da visão de mercado nacional integrado seguida então pela Petrobrás, demonstra mais um dos equívocos causados pelo acordo ilegal firmado entre o Cade e a Petrobrás”.

Asfixiadas pelo maior juro real do mundo, cresce número de empresas que recorrerem à Justiça em janeiro, segundo Serasa Experian

Em janeiro deste ano, o volume de recuperações judiciais requeridas foi o maior para o mês em três anos, segundo dados da Serasa Experian. Um total de 92 companhias entraram na Justiça para adiar o pagamento de dívidas em janeiro, segundo a pesquisa divulgada nesta segunda-feira pelo Estadão. A alta é de 37,3% em relação a janeiro de 2022 e de quase 90% ante janeiro de 2021.

Em meio à estagnação econômica após a pandemia, os juros elevados impostos pelo Banco Central agravaram a situação das empresas. A taxa básica de juros (Selic) que pulou de 2% ao ano para 13,75% ao ano pressionou o crédito e a renegociação das dívidas com os bancos, assim como as dívidas das famílias, aumentando a inadimplência que atingiu em cheio as pequenas e médias empresas.

A produção industrial, assim como as vendas no comércio, recuaram. A indústria encerrou o ano de 2022 no vermelho (-0,7%) e o comércio varejista variou apenas 1,0%.

6,4 MILHÕES EMPRESAS ENCERRARAM 2022 INADIMPLENTES

Só no final do ano passado, cerca de 6,4 milhões de pequenas e médias empresas estavam inadimplentes, um recorde desde o início da pesquisa em março de 2016. Em janeiro, 65 milhões de brasileiros iniciaram o ano com contas em atraso, de acordo com dados da Serasa.

Apesar das micro e as pequenas serem maioria, com dois terços dos pedidos, em janeiro, 15 companhias de grande porte recorreram à recuperação judicial, quase o triplo do ano anterior.

“Quando vemos as grandes empresas tendo problemas, está feia a coisa”, observou Luiz Rabi, economista da Serasa Experian, responsável pelo levantamento.

A Oi, recém saída de uma

recuperação judicial em dezembro, fez um pedido de tutela à Justiça para honrar as dívidas da primeira. A DOK Calçados, dona da Ortopé, também entrou com o pedido de proteção judicial contra seus credores.

A Americanas, um caso à parte por estar envolvida em fraude bilionária, também pediu recuperação judicial, mas gerou uma crise em cascata atingindo inúmeros fornecedores, além de gerar insegurança para os 44 mil funcionários da companhia, com desemprego e desamparo às famílias e pequenos negócios.

A Marisa, do setor de vestuário, um dos segmentos mais atingidos pelo crédito caro e o orçamento apertado pela renda baixa, optou por reescalonar a dívida de R\$ 600 milhões fora do âmbito judicial.

De acordo com o economista da Serasa, quando a inflação anual ultrapassou 10% no final de 2021, cresceu a inadimplência tanto do consumidor quanto das empresas. De lá para cá, esses volumes só aumentaram. “Uma inadimplência (pessoa física) puxa outra (pessoa jurídica)”, diz Rabi.

NÚMERO DE FALÊNCIAS CRESCIU 56%

O número de falências requeridas em janeiro também atingiu a maior nível em três anos. Foram 72 pedidos no mês passado, ante 46 em 2022 e 40 em 2021, segundo a Serasa Experian.

Este mês de fevereiro, a Pan Produtos Alimentícios, em recuperação judicial desde 2021, com dívidas de R\$ 260 milhões, pediu a aut falência. Com o pedido, a tradicional empresa de chocolates admite que não tem como honrar as dívidas e continuar operando.

A tradicional Livraria Cultura, que não conseguiu responder ao plano de recuperação judicial, teve a falência decretada no início de fevereiro. Na semana passada conseguiu uma liminar da Justiça para reverter a falência da companhia.

Vale lucra R\$ 96 bilhões em 2022 e não indeniza vítimas de Brumadinho

É o terceiro maior lucro da história. O primeiro maior lucro anual também ficou com a Vale privatizada

Em 2022, a Vale registrou um líquido contábil de R\$ 95,9 bilhões, segundo informações divulgadas pela companhia na última quinta-feira (16). É o terceiro maior lucro da história entre as empresas listadas na Bolsa de Valores. Em 2021, a mineradora havia assentado R\$ 121,228 bilhões de lucro, o maior lucro anual da história. Em segundo lugar, naquele ano, estava a Petrobrás com R\$ 106,6 bilhões de lucro.

No quarto trimestre de 2022, a Vale informou que registrou um lucro líquido de US\$ 3,724 bilhões (dólares), o que representaria uma queda de 30,4% frente ao mesmo período de 2021, quando atingiu um ganho de US\$ 5,352 bilhões.

Há três semanas, completou-se quatro anos da tragédia em Brumadinho (MG), quando a barragem da Mina de Córrego do Feijão, da Vale, rompeu no dia 25 de janeiro de 2019.

Na tragédia-crime, foram ceifadas as vidas de 270 pessoas, três corpos ainda não foram encontrados, milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração foram despejados na bacia do Rio Paraopeba em Minas Gerais – deixando sua água inutilizada e a pesca proibida –, mas até agora ninguém foi punido por estes crimes.

As investigações concluíram que a realização de perfurações

verticais foi o gatilho para a liquefação que provocou o rompimento da estrutura, que já estava frágil. A consultora Tiv Súd, que tinha conhecimento dos problemas da barragem, emitiu Declarações de Condição de Estabilidade, que permitiram que a estrutura continuasse funcionando mesmo com fator de segurança abaixo do recomendado por padrões internacionais. A mineradora sabia da situação e apresentou os documentos às autoridades.

No dia 23 de janeiro, dois dias antes do trágico aniversário do rompimento da barragem completa, quatro anos e de parte dos crimes ambientais prescreverem, a Justiça Federal aceitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra 16 pessoas e as empresas Vale e Tiv Súd pelo rompimento da barragem. As 16 pessoas, entre estas, o ex-diretor-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, foram denunciadas por homicídio qualificado (270 vezes), crimes contra a fauna, contra a flora e crime de poluição.

Pelo ordenamento jurídico brasileiro atual, as empresas não são réis por homicídio, por ter caráter de pessoa jurídica. No entanto, as empresas Vale e Tiv Súd foram denunciadas pelos crimes contra a fauna, contra a flora e crime de poluição.



Rompimento da barragem ceifou a vida de 270 pessoas

Foto: Corpo de Bombeiros/MG

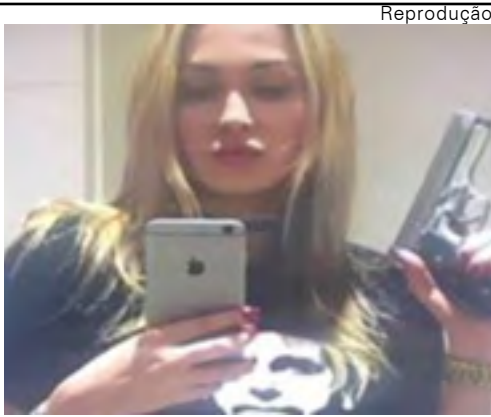
Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução

Patrícia Reis já tinha tentado antes Bolsonarista sequestra mãe e a interna à força em clínica psiquiátrica

Patrícia de Paiva Reis, uma bolsonarista de carteirinha, como mostra a foto acima, e o marido, Rafael Machado, internaram à força Maria Aparecida Paiva, de 65 anos, mãe de Patrícia, numa clínica psiquiátrica em Petrópolis. Patrícia já tinha tentado internar a mãe, pelo Samu, em 27 de janeiro. Mas o plano não deu certo. A equipe não constatou nada de errado com Maria Aparecida.

“DEFESA” DA FAMÍLIA

Em relatório, a equipe do Samu que atendeu ao chamado da filha de Maria Aparecida informou que a paciente, que apresentava discurso coeso, linear e coerente, sem presença de delírios ou algo que sugerisse transtorno psiquiátrico de agressividade. Este deve ser o jeito bolsonarista de defender a família.

Para a equipe, a vítima, Maria Aparecida estava retraída e disse ter medo da presença da filha. Contou que a relação entre as duas era conturbada. E que Maria Aparecida aceitou ser examinada apresentando sinais vitais estáveis, sem alteração no exame físico.

A equipe relatou que ao sair do prédio, foi abordada por duas moradoras e pelo porteiro, que disseram que a mulher nunca apresentou alterações mas falaram que a filha, Patrícia, fazia ameaças à mãe e que com frequência acionavam os bombeiros e a PM para intervir na comunicação entre as duas.

De acordo com as investigações, a motivação do crime seria porque a idosa havia denunciado os maus-tratos sofridos pelos dois netos, de 2 e 9 anos, na Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav). Ela foi sequestrada poucos dias depois da denúncia. Filha e genro da idosa sequestrada estão presos pelo crime. “Tem questão financeira envolvida também, porque ela tem medo de perder a pensão do filho dela e se essa denúncia vai pro processo ela perde, porque o pai está pedindo a guarda do filho”, afirmou a vítima.

MOMENTOS DE HORROR

A mulher que foi sequestrada à força contou em depoimento que passou por momentos difíceis em uma das clínicas psiquiátricas onde ficou por 17 dias. Ela disse no depoimento, que havia apenas uma cama no quarto e que uma mulher retirou dela os seus pertences e que a cada atendimento era obrigada a ingerir remédios.

A idosa contou como foi sequestrada. Ele disse que saía de um banco quando homens a pegaram e apenas disseram que estavam indo para Petrópolis, na Região Serrana. E, ao chegar na cidade, foi levada para a Clínica Vista Alegre, em Correas. Lá, após preencher uma ficha, foi encaminhada para uma sala, onde uma mulher, não identificada, tirou sua bolsa, tomou o seu celular e mandou se despir.

Segundo a polícia, a vítima chegou a pensar que era uma “saidinha de banco” ou sequestro relâmpago, mas percebeu a trama quando o sequestrador disse que “era uma coisa de família”. “Iniciamos as diligências tão logo recebemos a informação de que uma idosa lúcida e sem nenhuma doença física ou mental estava sendo mantida em privação de liberdade em uma clínica”, disse o o delegado Felipe Santoro.

É INACREDITÁVEL, DIZ DELEGADO

“Após a prisão dos familiares que haviam determinado a internação, iremos investigar a conduta de médicos, enfermeiros e demais funcionários desses estabelecimentos a fim de entender a responsabilidade de cada um desses crimes”, explica o policial. “É inacreditável que a internação se sem que a vítima tenha sido atendida previamente por algum médico psiquiátrico”, afirmou o delegado.

Ao receber uma visita da filha, depois de um tempo internada, a idosa chegou a achar que iria pra casa, mas na verdade foi transferida para outra clínica. “Desci toda feliz, porque achei que ia embora, quando cheguei lá ela falou que ia pra outra clínica”, lamentou.

“Olha, eu fico muito triste [disso tudo o que está acontecendo vir da própria filha]. Nunca pensei que isso fosse acontecer. Isso é tão verdadeiro, envolvido no dinheiro, porque no dia que ela me botou na clínica, ela contratou duas faxineiras, limpou meu apartamento e já alugou o apartamento”. Segundo Maria, o imóvel foi alugado para o carnaval.

PGR pede para manter a prisão de Anderson Torres

A Procuradoria-Geral da República recomendou, na segunda-feira (27), a manutenção da prisão preventiva de Anderson Torres, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Ele também foi ministro da Justiça e Segurança Pública do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Trata-se de solicitação encaminhada Supremo Tribunal Federal que ainda cita a minuta golpista encontrada na casa do bolsonarista Anderson Torres. A PGR escreveu que o ex-ministro de Bolsonaro não pretendia jogar o documento fora. Ao contrário. Estava “muito bem guardado”.

“Ao contrário do que o investigado já tentou justificar, não se trata de documento que seria jogado fora, estando, ao revés, muito bem guardado em uma pasta do governo federal e junto a outros itens de especial singularidade, como fotos de família e imagem religiosa. A apreensão só foi possível porque ANDERSON GUSTAVO TORRES estava fora do país, retornando apenas no dia 14 de janeiro de 2023”, escreveu o subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, que assina o documento.

Posição pró-OTAN tira força do Brasil para intermediar a paz



Reprodução/ONU

Assembleia Geral da ONU aprovou resolução na quinta-feira (23) Dos EUA, Bolsonaro zomba de quem trabalha e diz que seu salário de R\$ 33 mil “é muito pouco”

Jair Bolsonaro, que praticamente se mudou para os EUA, país que ele considera como seu, falou na quinta-feira (23) para uma plateia de evangélicos americanos. Reclamou que está ganhando apenas R\$ 33 mil de salário. “Alguém sabe quanto foi o meu salário bruto em dezembro do ano passado? R\$ 33 mil. Dá aí US\$ 6 mil. Compensa?”, indagou.

Além de representar uma ofensa aos milhões brasileiros que estão dando duro de manhã à noite sem ganhar, muitas vezes, nem mesmo o salário mínimo, a fala de Bolsonaro é mais do que uma provocação. Ela é mais uma de suas mentiras. Ele não recebe só R\$ 33 mil. Isso é só num de suas fontes de renda. O “mito” tem ainda a aposentadoria do Exército – mais R\$ 11 mil –, a aposentadoria da Câmara – mais de R\$ 30 mil – e mais o R\$ 39 mil que ele recebe de salário do PL, onde ocupa um cargo figurativo.

Ou seja, o cinismo de Bolsonaro não tem limites. Ele manteve o

salário mínimo de milhões de trabalhadores sem nenhum aumento real durante todo o seu governo. Cortou verba de merenda e de remédios. Dizia que aumentar as aposentadorias causava “desequilíbrio nas contas públicas”. Nem recebeu servidores públicos para discutir reposição de inflação e, agora, lá dos EUA, país que ele adotou, zomba dos brasileiros reclamando de seu salário de R\$ 33 mil. E faz isso escondendo todas as outras fontes de renda.

Ele esconde também que durante suas diversas motociatas, ele gastava quantias milionárias do dinheiro público com o cartão corporativo. Segundo o Portal da Transparência, as faturas do cartão corporativo de Bolsonaro em 2022 ultrapassam a marca de R\$ 10 milhões. Em dia de motociata, os gastos iam para as alturas. Enchia o tanque de todo mundo, com o dinheiro do contribuinte.

Ele passou muito pouco tempo trabalhando no Planalto. Vivia

passando, se divertindo, se reunindo com garimpeiros ou fazendo campanha eleitoral. Estudos de notas fiscais pagas com o cartão corporativo revelam que Jair Bolsonaro gastou R\$ 697 mil com o cartão corporativo só para bancar atividades no ano da campanha eleitoral. Mesmo assaltando os cofres públicos, ele perdeu as eleições. Foi a primeira vez que um presidente não se reelegeu.

Como Bolsonaro, ao invés de governar, não parava em Brasília, vivia em passeios de moto, de lancha, pescarias e outras farras, ele reclamou também que “nem lembra que tem esposa”. “Você chega em casa, ela tá dormindo ou quando ela sai, eu que estou dormindo, mas foi uma experiência que entendo como missão e se Ele assim entender, entendo que essa missão não acabou ainda”, afirmou, revelando que não gostou de largar a mamata. Ele foi obrigado a largar porque o povo brasileiro reprovou o seu desgoverno.

Bolsonaristas atacam a Campanha da Fraternidade da CNBB contra fome

A Campanha da Fraternidade de 2023, lançada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na quarta-feira (22), começou sob ataques de grupos bolsonaristas.

Liderada por influenciadores bolsonaristas, a cruzada da extrema-direita nas redes sociais busca relacionar a campanha – que tem como intuito combater a fome – como uma “conspiração comunista”.

Tradição católica desde a década de 1960, a campanha é promovida anualmente no período da quaresma, começando na Quarta-feira de Cinzas e terminando no Domingo de Ramos.

Segundo o site Metrôpoles, a abordagem crítica dos extremistas à Campanha da Fraternidade e à própria CNBB não é novidade, mas, neste ano – com o início do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após derrota de Jair Bolsonaro (PL) nas últimas eleições, os ataques estão mais intensos.

Uma reportagem publicada na plataforma aponta que cristãos de extrema-direita veem na ação uma espécie de crítica oculta ao governo Bolsonaro e convocam outros fiéis a não se envolver nem doar para a campanha.

O texto assinado por Raphael Veleda informa que os bolsonaristas “acusam os bispos da CNBB de distorcer citações bíblicas e manipular a comunidade católica para atacar ideais caros à direita e promover ideias de esquerda, no que seria

uma trama para promover a doutrina da Teologia da Libertação, abordagem cristã que enfatiza a defesa dos oprimidos e tem inspiração marxista/comunista”.

O jornalista relata, por exemplo, que o youtuber bolsonarista Bernardo Pires Küster, investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito das fake news e que tem quase um milhão de inscritos em seu canal, está fazendo uma série de vídeos contra a campanha da CNBB.

Os vídeos, gravados em um cenário que tem ao fundo um quadro do guru extremista Olavo de Carvalho, morto em 2022, acusam a CNBB de veicular conteúdo “revolucionário” e usar dados falsos sobre o tamanho do drama da fome no Brasil.

“Apesar de admitir, em certo momento, que ‘toda pessoa [com fome] é importante’, ele questiona pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) que apontou que o número de brasileiros que não têm o que comer passou de 19,1 milhões no fim de 2020 para 33,1 milhões em 2022. Ignorando a volta do país ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, Küster escolhe em que dados acreditar e prefere citar uma projeção do Banco Mundial, que indicou uma suposta redução da extrema pobreza no Brasil em 2022, observa o Metrôpoles.

Bernardo Küster também ataca a Campanha da Fraternidade da CNBB

pela menção, nos textos de apresentação e apoio à ação, dos atos de distribuição de comida aos mais necessitados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ao longo da pandemia e de uma frase do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, que foi referência no combate à fome no Brasil e defendia que quem não tem o que comer “tem pressa” e precisa ser ajudado imediatamente.

Ainda segundo o site, nos vídeos publicados pelo youtuber há a conclusão de que o objetivo da CNBB com sua Campanha da Fraternidade é criticar políticas do governo de Bolsonaro e promover uma visão esquerdista de mundo, defendendo projetos do governo Lula.

É a terceira vez que a fome é tema da campanha promovida pela Igreja Católica desde 1964. A escolha, realizada via consulta pública entre os católicos, foi feita depois de, após uma década, o Brasil ter voltado a aparecer no Mapa da Fome divulgado pela ONU.

Segundo a CNBB, um dos objetivos deste ano é “propor aos fiéis um caminho de conversão para não ceder à cultura da indiferença frente ao sofrimento humano”.

“Se a fome de uma única pessoa já nos deve incomodar, como nos tornarmos indiferentes diante da fome de inúmeros irmãos e irmãs?”, questionou o secretário-geral da CNBB, Dom Joel Portella Amado, no lançamento da campanha deste ano.

Política/Economia □ 3

A resolução aprovada na ONU com o voto do Brasil foi apresentada pela Ucrânia, EUA e demais países da OTAN

Asssembleia Geral da ONU, realizada na quinta-feira (23) em Nova Iorque, aprovou uma resolução, apresentada pela Ucrânia, e secundada por seus patrocinadores da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), condenando a Rússia pela guerra e cobrando a “imediata e incondicional” retirada de suas tropas do território onde se desenvolve o conflito.

A representação brasileira nas Nações Unidas, que havia se absterido em uma votação semelhante, ocorrida na última assembleia, no final de 2022, mudou de posição e votou pela condenação da Rússia. A resolução obteve o apoio de 141 países. Outras 32 nações se abstiveram, entre elas, a China, a Índia e a África do Sul, parceiros do Brasil nos BRICS. Outros 7 países, entre eles a Rússia, votaram contra o documento.

Esta mudança de posição do governo brasileiro na ONU influenciou outros países da América Latina a votarem com a OTAN e acabou enfraquecendo a possibilidade do Brasil desempenhar um papel de destaque na interlocução da paz entre Ucrânia e Rússia, como vinha propondo o presidente Lula.

Na resolução, redigida pela Ucrânia/EUA/UE, não há nenhuma referência à expansão da OTAN em direção às fronteiras da Rússia e também não aborda a limpeza étnica promovida por nazistas de Kiev contra população de origem russa dentro da Ucrânia, fatores reclamados pela Rússia e que motivaram o início do conflito.

Não há também nenhuma referência no documento ao desrespeito ao Acordo de Paz de Minsk que, segundo a ex-premiê alemã Angela Merkel e o ex-presidente francês François Hollande, “era uma farsa” do Ocidente e só serviu para “ganhar tempo e poder armar a Ucrânia”. Por isso, esta resolução, redigida pela Ucrânia/EUA, este último o maior promotor e beneficiário da guerra, não é vista como uma colaboração

efetiva para a paz.

O Brasil e a China, ao contrário, vinham se destacando no cenário internacional como possíveis interlocutores no conflito por adotarem uma posição de neutralidade e por fortalecerem negociações efetivas pela paz na região.

O presidente Lula chegou a apresentar a ideia da criação de um grupo de países neutros para intermediar as discussões de paz. A China também apresentou um documento à ONU com 12 pontos, onde pede o cessar fogo imediato e condena a expansão da OTAN em direção às fronteiras russas assim como as sanções unilaterais impostas à Rússia sem que essas decisões tenham passado pelo Conselho de Segurança da ONU, órgão com autoridade para fazê-lo.

A própria Rússia havia se manifestado favoravelmente à ideia do Brasil de formação do grupo de países neutros pela paz. Ao votar junto com os países beligerantes na Assembleia Geral da ONU, no entanto, a representação do governo brasileiro acabou enfraquecendo a posição de neutralidade que o Brasil vinha construindo no conflito.

A posição de isenção entre as posições da OTAN, chefiada pelos EUA, e a Rússia, que cobrou o fim da expansão da OTAN sobre suas fronteiras e o fim do genocídio perpetrado por forças nazi-ucranianas contra a população de origem russa do leste do país, era uma condição fundamental para exercer o papel de intermediário confiável nas negociações de paz.

Apesar da decisão da ONU não ter consequências práticas no campo de batalha, já que ela tem apenas um efeito simbólico, o que ela trouxe de prático foi apenas o enfraquecimento de posições consequentes pela paz, como as que vinham sendo defendidas pelo Brasil. Adirir, como fez a representação do Brasil à posição pró-Ucrânia/OTAN, não ajudou o país a cumprir o papel que se abria para ele na atual quadra do conflito.

Ibama encontra 60 pássaros silvestres criados ilegalmente na casa do ex- ministro de Bolsonaro Anderson Torres

O ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Anderson Torres, foi alvo de uma operação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) na sexta-feira (24), que encontrou aves criadas irregularmente em sua residência, em Brasília.

Agentes do órgão encontraram gaiolas com 60 pássaros silvestres criados ilegalmente na residência do bolsonarista.

Segundo o novo presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, foram encontradas informações inconsistentes nos registros dos animais no Sispass (Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros).

Os pássaros teriam sido transferidos para a mãe de Torres, mas o endereço do criadouro não foi alterado. Além disso, eles teriam ultrapassado o limite de transferência de animais para criadores amadores. Ainda de acordo com o órgão, uma das aves estava com uma das patas mutilada.

A equipe de fiscalização aplicou uma multa e determinou que sejam apresentadas infor-

mações adicionais sobre as aves.

Torres está preso desde 14 de janeiro, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Ele é investigado por envolvimento nos atos golpistas cometidos por bolsonaristas radicais, no dia 8 de janeiro, que pretendiam criar as condições para uma intervenção militar contra o estado democrático e causaram depredação no Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF. Na época, ele era o titular da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Investigações conduzidas pela Polícia Federal também encontraram na casa do ex-secretário uma minuta de decreto para que o então presidente Jair Bolsonaro decretasse Estado de Defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo do documento seria mudar o resultado da eleição presidencial.

Ao decretar a prisão de Torres, Alexandre de Moraes disse ter visto indícios de “descaso e convivência com qualquer planejamento que garantisse a segurança e a ordem no Distrito Federal”.

Chefe do Estado Maior do Exército quer Brasil “melhor preparado” para a defesa da Pátria

Em entrevista na quinta-feira (23) ao site “Poder 360”, o general Fernando Soares, chefe do Estado Maior do Exército, afirmou que o Brasil precisa investir no setor de defesa para não ter problemas no setor nos próximos anos. Segundo o general, o país “poderá ser coagido por outras nações no futuro”.

“Acredito que em algum momento nós [Brasil] vamos ter algum problema de Defesa. Defesa não é um assunto muito importante na sociedade brasileira, porque ninguém ameaça diretamente o Brasil. Mas acredito

que em um futuro próximo isso vai mudar. Então, nós temos que estar preparados”, disse o militar.

“As Forças Armadas têm que estar preparadas para ser um seguro da nação brasileira, um seguro da sociedade brasileira, para que a sociedade brasileira não seja coagida por terceiros países”, prosseguiu o chefe do Estado Maior do Exército. Em sua opinião, será “muito difícil” que os militares se mantenham “atualizados” sobre as realidades bélicas e confrontos em outros países com o pouco recurso para o setor de Defesa.

Luciana Santos defende política de incentivo para a produção de chips

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação defendeu em entrevista a reestruturação do Plano de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, concedeu entrevista à Revista Pesquisa Fapesp e apontou as prioridades da pasta nesta nova gestão. Com pouco mais de 30 dias à frente do Ministério, Luciana já anunciou a conquista de uma das bandeiras mais urgentes dos cientistas brasileiros, o reajuste das bolsas de pesquisadores.

Entre os projetos e desafios da pasta, a ministra defende a necessidade do Brasil produzir chips de alta complexidade e cita o Padiis, um plano de apoio ao desenvolvimento da indústria de semicondutores, como uma experiência que pode viabilizar a ideia.

“Nós ainda não temos o domínio tecnológico dos chips de alta complexidade, mas há condições de desenvolver competências no país. A experiência do Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada) revelou isso. Chegamos a ocupar quase metade do mercado nacional de chips veiculares”, justificou.

Para financiar os projetos – e ampliar a participação das empresas na soma de recursos, a ministra acredita que um dos caminhos seria os incentivos fiscais, a partir do Padiis. “Um histórico de estímulo a algumas cadeias produtivas tem sido de isenção. Você retira alguns impostos e as empresas investem em inovação, como na área dos semicondutores. Em alguns setores mais dinâmicos, devemos estimular ações de compartilhamento”, defende Luciana.

“A lógica tem sido de isenção, mas creio que, em alguns setores mais dinâmicos, devemos estimular ações de compartilhamento. Precisamos promover a participação das empresas na inovação. A demonstração disso pode ser vista na mobilização para preservar o FNDCT. A lei de contingenciamento zero só existiu porque a indústria se engajou. Parcelas significativas do setor produtivo têm convicção desse caminho”, analisou.

CBERS

Na mesma entrevista, a ministra destaca ainda as parcerias que deverão ser realizadas para desenvolver o potencial do setor aeroespacial brasileiro como os CBERS, lançados em parceria com a China, e que constitui uma das pautas da agenda que o presidente Lula terá na viagem ao país asiático, prevista para 28 de março.

“Na aeroespacial, temos uma constelação de satélites, que são os CBERS, lançados em parceria com a China. Queremos desenvolver o CBERS-6. Essa é uma das agendas que o presidente terá na viagem à China”.

A ministra também falou sobre a capacidade brasileira na produção de vacinas, como as desenvolvidas contra a Covid e defendeu que o país atue também na produção de insumos.

“Temos o complexo industrial de saúde, que é bastante desafiador. Produzimos vacinas contra a Covid-19 no Butantan e na Fiocruz, mas não os insumos. Os eixos estratégicos precisam ser atualizados. Vamos realizar uma nova Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia com esse objetivo”, afirmou.

ORÇAMENTO

“Nós tivemos um apagão na ciência no governo anterior, que foi muito além da narrativa negacionista no enfrentamento da Covid-19. Houve uma redução drástica no financiamento. Os recursos discricionários do Ministério passaram de R\$ 11 bilhões para R\$ 2,7 bilhões, criticou Luciana. “O FNDCT, composto por recursos da iniciativa privada como contrapartida de isenções e que é uma grande solução que se deu há décadas no Brasil, foi contingenciado”, mencionou.

Ela ressaltou que uma iniciativa conjunta entre o setor privado por meio da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação) resultou na aprovação de uma lei que proibiu o contingenciamento em 2021.

“Mas aí veio uma MP, a de nº 1.136, para poder bloquear esse recurso de forma escalonada até 2026. A medida caducou e há um compromisso do governo de mandar um projeto de lei abrindo um crédito para resgatar essa parte contingenciada de R\$ 4,2 bilhões, alcançando o total de R\$ 9,9 bilhões de arrecadação prevista para o fundo. Estamos concentrados em ampliar o financiamento. E precisamos de novos arranjos”, explicou a ministra.

Luciana Santos informou que, em uma conversa com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, defendeu a necessidade de cuidar da transição energética com investimentos em energias renováveis. “Temos uma herança muito positiva de usinas hidrelétricas, além de parques eólico e solar consideráveis. Precisamos ter a capacidade de produzir os insumos para as placas fotovoltaicas”, defendeu.

A grande promessa do momento é o hidrogênio verde, citou Luciana. De acordo com ela, esse e outros assuntos relacionados a alternativas energéticas foram discutidas com o presidente da estatal. A ideia é que o BNDES entre nesse pacote de investimentos. “Fora isso, temos a Lei do Bem e a Lei da Informática, que incluem investimentos da iniciativa privada”, explicou.

Para a ministra, é preciso criar uma situação em que, a cada R\$ 1 que o Ministério investir, a Petrobras e o BNDES coloquem também R\$ 1, “assim como as empresas do setor da cadeia produtiva, que vai se beneficiar do investimento em ciência”.

“Um dos eixos estratégicos da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em 2010, foi como desenvolver inovação nas empresas. Estamos entre os 10 países que mais publicam papers, mas eles não se traduzem em inovação”, afirmou.

A ministra também explicou como pretende resgatar a experiência do Ceitec, atacada pelo Ministério da Economia no governo de Jair Bolsonaro, sob o argumento de que dava prejuízo. “O Ceitec não teve uma política de compras do Estado e isso precisa existir, pois faz muita diferença em qualquer cadeia produtiva. Veja o caso do petróleo e do gás: se a Petrobras compra navio brasileiro, há estaleiros nacionais. Se não compra, os estaleiros fecham”, esclareceu.

Luciana ressaltou a necessidade de uma política de compras para aumento dos investimentos de ciência e tecnologia e aquecimento da cadeia produtiva. “Foi equivocada a decisão de liquidar o Ceitec porque era deficitário. Países como a China e os Estados Unidos, que têm uma competição gigante em semicondutores, investem na casa de US\$ 10 bilhões no segmento”.

Ela informou que foi criado um grupo de trabalho para discutir a viabilidade de médio e longo prazos do Ceitec, ação que representa um primeiro passo para atualizar a política de semicondutores, que está inserida na agenda de reindustrialização.

ESTRATÉGIA NACIONAL

Além das articulações no setor de gás e petróleo, outras iniciativas estão em andamento para repensar a política de ciência e tecnologia no país por meio do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia – o último que teve no Brasil foi há 12 anos. “Uma estratégia nacional nessa área precisa buscar garantir soberania e autonomia para o país. E preciso diminuir a nossa dependência. A Covid-19 revelou o quanto isso é nefasto no mundo todo”, disse.

Segundo a ministra, a pasta definiu 13 áreas estratégicas para recompensar o “apagão da ciência” vivido na gestão anterior e alavancar o setor. [...] Passam pelo fortalecimento de tecnologias que se chamam portadoras de futuro, mas na verdade são contemporâneas, como a biotecnologia, a nanotecnologia, a agenda das mudanças climáticas, a transição energética, a biodiversidade da Amazônia”. “Nós já temos uma boa inserção em muitas dessas áreas”, frisou.

“Nossas universidades reúnem o que há de excelência no ensino, na pesquisa, na extensão. Me parece que um vértice da questão (desinteresse dos jovens pela carreira científica) é uma ausência de um projeto nacional de desenvolvimento”, acrescentou.

“Se houver um projeto arrojado, baseado no uso da inteligência brasileira, as pessoas serão atraídas. E preciso emular, ostentar, mostrar o quanto a ciência é transformadora, o quanto isso é belo e revigorante, para que as pessoas tenham”, afirmou.

FUTURAS CIENTISTAS

Outra barreira que o MCTI vai enfrentar é a desigualdade de gênero na distribuição de bolsas para contribuir com o avanço na inclusão de cientistas e pesquisadoras negras.

“Essas coisas exigem uma imersão na realidade objetiva das meninas que estão na graduação ou mesmo antes da graduação”, explica. “Esse foi o foco do que tentamos desenvolver em uma iniciativa em Pernambuco, o Futuras Cientistas, por meio do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Cete-ne”, continuou.

O Futuras Cientistas é um programa que atende a alunas de escolas públicas do ensino médio., que tem apresentado resultados muito positivos – inclusive aprovação de 70% das estudantes no Enem, em áreas relacionadas a engenharias, matemática, física.

“Mas, quando se vai analisar a carreira e fazer um diagnóstico da participação no mestrado e no doutorado, a fixação das meninas é mais complicada. Isso tem a ver com questões da desigualdade de gênero na vida privada”, diz Luciana.



“Nós ainda não temos o domínio tecnológico dos chips de alta complexidade, mas há condições de desenvolver competências no país”



Tragédia que devastou litoral norte de SP deixou 4 mil desabrigados 65ª vítima é encontrada e buscas por desaparecidos são encerradas em SP

O número de mortos após as fortes chuvas que atingiram o litoral norte de São Paulo subiu para 65, sendo 64 em São Sebastião e um em Ubatuba, segundo a Defesa Civil.

O órgão informou ainda que as buscas foram encerradas no último domingo (26), após o último corpo desaparecido ser encontrado.

O corpo desaparecido, encontrado exatamente uma semana depois do forte temporal na região, é de uma mulher, que estava na Vila Sahy, em São Sebastião, local mais atingido pelas chuvas. Segundo o Corpo de Bombeiros, não há mais desaparecidos.

O governo estadual apontou que 55 corpos já foram

identificados e liberados para o sepultamento. No total, são 20 homens adultos, 17 mulheres adultas e 18 crianças.

Ao todo, 2.251 pessoas ficaram desalojadas e 1.815 desabrigadas.

TRAGÉDIA

No domingo, a tragédia que devastou o Litoral Norte de São Paulo completou uma semana.

Deslizamentos de terra durante a madrugada do último dia 19 causaram dezenas de mortes e destruíram a região.

A chuva começou no sábado (18) durante a noite e se estendeu pela madrugada, onde foram registrados os primeiros estragos.

A cidade mais prejudicada foi São Sebastião. A Vila

Sahy, na Costa Sul do município, foi a mais atingida por deslizamentos de terra e ficou totalmente destruída. O local soma a maior parte das vítimas da tragédia.

Ubatuba, Caraguatuba, Guarujá e Bertioga também sofreram prejuízos e tiveram moradores desabrigados e desalojados.

A tragédia no litoral norte de São Paulo é a maior envolvendo as chuvas já registrada no Brasil em 24 horas, segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Na madrugada do dia 19, as cidades da região registraram média de 700 mm de chuva.

Governo Federal impede privatização do Parque Nacional de Jericoacoara

O Governo Federal cancelou a privatização da praia de Jericoacoara, marcada para o mês de março.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante determinou que fosse barrado o processo.

O parecer contrário a desestatização foi um pedido do governador Elmano Freitas (PT) e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O presidente do BNDES ouviu os argumentos de Elmano e Marina e decidiu cancelar a concessão da área para o setor privado.

O BNDES é responsável pelo projeto e o leilão que seria realizado para a concessão do parque. Agora, o processo retorna à Casa Civil para discussão entre os governos estadual e federal. O banco disse que sugeriu o adiamento do leilão por 60 dias para obter informações complementares da nova direção do Ministério do Meio Ambiente e do governo do Ceará.

“Neste momento o BNDES está revisando as condições do edital, de acordo com as sugestões dos governos federal e estadual, apresentadas em fases anteriores do processo de concessão”, disse o órgão por meio de nota.

O edital para a concessão por 30 foi lançado nos últimos dias do governo Bolsonaro (PL), no dia 29 de dezembro. Área a ser peivatizada era de



Parque Nacional de Jericoacoara, no litoral do Ceará 7,9 mil hectares.

“Da área total do parque, 6.150,29 hectares pertencem ao Governo do Ceará. O Estado realizou ações e investimentos nos últimos anos, buscando promover a preservação da área, o estímulo do turismo sustentável e o desenvolvimento econômico da região, que é um dos principais cartões postais do país”, complementou Elmano.

A privatização do parque, conforme o documento publicado na época, valeria por 30 anos e seria “realizada na modalidade de concorrência”. O valor mínimo de outorga havia sido fixado em R\$ 747.566, 28.

Segundo o governador, o lançamento do edital foi feito “de forma arbitrária e sem qualquer diálogo técnico com o

Estado”. Da área total do parque – 8.850 hectares –, Freitas citou que 6.150 hectares pertencem ao Governo do Ceará.

“O Estado realizou ações e investimentos nos últimos anos, buscando promover a preservação da área, o estímulo do turismo sustentável e o desenvolvimento econômico da região, que é um dos principais cartões postais do país”, falou o governador.

O parque está localizado no litoral oeste do Ceará, nas cidades de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Camocim. Foi criado em fevereiro de 2002, depois da re categorização parcial da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara. Tem área de 8.850 hectares, com praias, dunas e formações rochosas – como a Pedra Furada e o Serrote.



Multinacional europeia comprou área de mais de 190 mil hectares

Inbra quer anular compra de área maior que São Paulo na Amazônia por madeira estrangeira

Agrocortex é dona de 100% das terras mas registrou apenas 49% para burlar legislação brasileira

Ultimamente têm vindo à tona notícias de grandes grupos econômicos que se mostram experts em dar golpes bilionários. Este foi o caso recente da Americanas, por exemplo, onde um rombo que chega a R\$ 43 bilhões foi mantido em segredo pelos donos da empresa por um longo tempo. Pegos no trambique, eles alegaram que não sabiam de nada.

Agora assistimos a mais uma ilegalidade, desta vez de uma empresa europeia, a Agrocortex. A empresa é uma sociedade entre empresas europeias. São duas empresas espanholas (ADS e Kendall, ambas com sede em Madri) e duas empresas controladas por portugueses (R Capital, com sede em Sintra, e Agroview, empresa com sede no Brasil, que tem dois sócios: a Parcontrol, empresa com sede em Lisboa, e um empresário português).

Eles compraram na Amazônia uma extensão de terra com uma área de 190 mil hectares, maior do que a cidade de São Paulo. Esse porte de propriedade nas mãos de estrangeiros é proibido pela lei brasileira.

Os novos donos das terras simplesmente burlaram a legislação brasileira. Eles controlam 100% das terras, mas estão registradas oficialmente apenas 49%. A fraude foi descoberta e o Inbra está pedindo a anulação de compra da fazenda pelo grupo estrangeiro.

A empresa Batisflor, que pertencia ao brasileiro Moacir Eloy Crocetta, era a proprietária original da terra. A Agrocortex comprou as terras da Batisflor em 2014 e 2016. A Agrocortex alega ser dona de apenas 49% do negócio. O Inbra afirma que a empresa é dona de 100% das terras e celebrou um contrato de parceria de fachada com a Batisflor. A Agrocortex exporta madeiras nobres como mogno, cedro e jatobá.

Segundo o grupo estrangeiro, o sócio majoritário da empresa continua sendo o brasileiro Moacir Crocetta. O brasileiro que era dono das terras diz que não tem mais nenhuma ingerência sobre a propriedade. Por meio de sua defesa, ele afirma que concordou em vender toda a empresa para a Agrocortex. A venda foi por R\$ 250 milhões. Das duas uma, ou a empresa europeia está mentindo ou o antigo proprietário figura apenas como seu testa de ferro.

A empresa europeia insiste na alegação de que não é dona de 100% das terras, apesar de mandar em toda a extensão da propriedade. Este tipo de situação esdrúxula faz lembrar as alegações do trio bilionário das Americanas, que citamos antes. O proprietários da gigante varejista dizem que não sabiam de nada sobre o rombo de R\$ 40 bilhões no balanço da empresa. Acharam que o país fosse acreditar nesse tipo de conversa. Os europeus também acham que Inbra vai acreditar que eles não são os donos verdadeiros das terras.

Na Junta comercial da região, os estrangeiros efetivamente continuam com apenas 49%. Mas a venda foi de 100%, diz a documentação apresentada ao Inbra. Ou seja, eles mandam em 100% das terras, exploram toda a propriedade, mas oficialmente só detém 49% da propriedade.

O Inbra recebeu uma denúncia anônima sobre o caso. Após analisar a documentação apresentada e solicitar parecer da Advocacia Geral da União, o Inbra concluiu que a venda deve ser considerada nula, em ofício assinado em dezembro de 2022 pelo superintendente do Inbra no Amazonas, João Batista Jornada. A empresa europeia nega as irregularidades.

A lei que restringe a aquisição de terras por estrangeiros é da década de 1970. O objetivo é garantir a soberania nacional e evitar a insegurança alimentar, diz José Heder Benatti, professor da Universidade Federal do Pará e especialista em Amazônia e regularização fundiária. A Agrocortex também vende créditos de carbono, que remuneram quem adota práticas sustentáveis, como o plantio de árvores, a fim de compensar as emissões de carbono de empresas compradoras.

A conclusão do Inbra foi enviada ao Tribunal de Justiça do Amazonas e ao Ministério Público Federal em dezembro. E a Corregedoria do TJ que poderá declarar a venda da propriedade como nula. O MPF deve analisar eventuais prejuízos à sociedade. A Corregedoria ainda não tomou uma decisão sobre o caso. Para comprar a fazenda de maneira legal, seria necessário ter autorização do Inbra. Para isso, a empresa precisaria fazer o pedido ao Inbra com a documentação da fazenda e apresentar um projeto de exploração da terra aos órgãos competentes.

José Cruz/Agência Brasil



Para centrais sindicais, aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 anunciado por Lula é insuficiente

O anúncio do novo salário mínimo feito pelo presidente Lula, nesta quinta-feira (16), foi visto como positivo pelas centrais sindicais por acenar na direção da retomada da valorização do mínimo brasileiro. Contudo, os sindicalistas criticam que o valor de R\$ 1.320 está aquém da proposta defendida pelas centrais (R\$ 1.343,00) e das necessidades do povo no momento atual.

Em nota, Miguel Torres, presidente da Força Sindical declarou apoio à aprovação urgente da retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo, mas ressaltou que a proposta das centrais para o salário mínimo em 2023 é de R\$ 1.343,00, considerando a estimativa da inflação de 2022 somado ao PIB de 2021. “Valorizar o piso nacional é uma ótima oportunidade de o governo federal demonstrar sensibilidade social e contribuir para distribuir renda e diminuir as desigualdades no país”, disse Torres.

“A Política de Valorização do Salário Mínimo que vigorou entre 2007 a 2019, instituída a partir de negociação entre o movimento sindical brasileiro e o governo federal, tem um enorme alcance como política pública, atingindo milhões de pessoas entre assalariados e de outros beneficiários de políticas sociais”, continuou o presidente da Força.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, também criticou o novo valor do salário mínimo anunciado pelo presidente Lula. “Isso fere as expectativas do movimento sindical. Não dá para silenciar diante dos fatos e nós não devemos nos calar. Primeiro que os R\$ 1.320 contradizem aquilo que nós sugerimos em manifesto do Fórum Unitário das Centrais. Ainda que nós não tivéssemos a possibilidade de recuperar todo o prejuízo causado pelo governo Bolsonaro, quando sugerimos R\$1.343, nós estávamos considerando que pelo menos repor a inflação e a variação do PIB dos últimos dois anos seria necessário para inaugurar aquilo que o governo propôs”, disse Adilson.

A proposta de reajuste defendida pela CTB é de 10,7%, contemplando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – estimado em 5,8% em 2022 –, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,6%, em 2020 – antes da pandemia.

“Temos que considerar o estágio de profunda desigualdade em que estamos, com uma realidade que assusta milhões de famílias, dada a insegurança alimentar e o flagelo social. É urgente que o governo tome para si essa bandeira fundamental que foi utilizada como moeda forte na campanha”, destacou.

No mesmo sentido, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, afirmou em nota que a medida faz parte da tentativa do governo Lula reparar o desmonte orquestrado pelos governos Temer e Bolsonaro, mas enfatizou que o valor não é o esperado e nem suficiente. “O salário mínimo valorizado é o maior instrumento para se diminuir a desigualdade social, apontar para o crescimento do país e remunerar corretamente a força de trabalho.[...] A retomada do crescimento econômico só se dará com uma política consistente de valorização salarial. É a força dos trabalhadores que movimenta a economia brasileira”.

Sérgio enfatizou que os cálculos apresentados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostram que, se o Programa de Valorização do Salário Mínimo não tivesse sido interrompido, hoje o valor do salário mínimo deveria ser de R\$1.382,71. “O valor mínimo que a Central Única dos Trabalhadores defende e pelo qual trabalha”, disse.

Antônio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiro (CSB), também saudou a retomada da Política de Valorização do Salários Mínimo, mas ressaltou que é preciso ir além. “São importantes conquistas para a classe trabalhadora após anos de constantes ataques e de arrocho salarial provocada pelo congelamento da tabela que onera milhões de trabalhadores. Apesar de reconhecermos a importância do anúncio, entendemos que é preciso ir além”, disse.

“A CSB defende celeridade na construção de políticas permanentes de reajuste da tabela de Imposto de Renda, para recuperar os mais de 140% de defasagem, e de valorização do salário mínimo, assim como uma profunda revisão da Reforma Trabalhista de 2017, com revogação imediata de itens como o fim da ultratividade, a prevalência de acordos individuais, o fim da homologação nos sindicatos, o comum acordo para suscitar dissídio coletivo e a asfixia financeira das entidades sindicais”, disse Neto.

Para o sindicalista, o caminho para a superação da tragédia imposta pelo governo Bolsonaro “passa por políticas de emancipação e protagonismo efetivo dos trabalhadores, que somente será possível com a revogação das maldades que condenaram milhões de brasileiros à precarização e ao desemprego”.

Raphael de Araújo/Fenajufe



Reunião entre governo e servidores após reabertura de negociação

HP



Trabalhadores e parlamentares ocupam a frente da Bolsa de Valores contra privatização da Sabesp

Centenas de trabalhadores dos setores de saneamento e energia elétrica, deputados, vereadores e representantes do movimento social e sindical ocuparam a frente da Bolsa de Valores “B3”, no centro da capital paulista, na manhã desta terça-feira (14).

Faixas e palavras de ordem contra a privatização da Sabesp, pretendida pelo governador Tarcísio de Freitas, deram o tom do protesto, encabeçado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema).

“Nós sabemos que saneamento e água são vida e saúde e não podem ser tratados como mercadoria. E estamos reunindo aqui companheiros do metrô, por exemplo, condutores, do setor de saúde, da educação, metroviários, eletricitários, porque a Sabesp é um patrimônio do povo paulista, uma empresa economicamente saudável e entrega um serviço que cuida da saúde da população”, destacou José Faggian, presidente do Sindicato.

“E se a Sabesp for privatizada, é certo que os trabalhadores da empresa serão prejudicados, mas os maiores prejudicados serão as populações, principalmente as periféricas, dos pequenos municípios onde a iniciativa privada não fará o serviço de saneamento como tem que ser feito, porque não lhe interessa. Nós sabemos que, quando a privatização acontece, a qualidade do serviço piora e a tarifa aumenta”, afirmou.

O coordenador da Frente Parlamentar Contra a Privatização da Sabesp, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), deputado Emídio de Souza (PT), afirmou que, “a

partir desse ato, essa campanha ganha as ruas para conversar com o povo paulista sobre os perigos que a privatização da Sabesp representa. Os trabalhadores e o povo de São Paulo sabem o que significa a privatização. Eles querem vender patrimônio público para agradar essa turma da Bolsa de Valores, não importa a que custo, não importa quanto você vai pagar pela tarifa. E a mentira é sempre a mesma”.

“Quando venderam a Eletropaulo, muita gente achava que era um problema dos trabalhadores da empresa. A conclusão veio depois, em que muitas pessoas não estão aguentando pagar a tarifa de energia elétrica. Por isso, o problema da continuação da Sabesp pública não é só dos trabalhadores. Nós temos que dialogar com todos”, completou Emídio.

O presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Eduardo Annunziato, o Chicão, também lembrou da privatização do setor elétrico e defendeu que, além de cumprir um importante papel social, levando água e saneamento aos lugares mais longínquos, a Sabesp também tem um papel importante no desenvolvimento e soberania nacional.

“A privatização das distribuidoras de energia começou em 1995. De lá para cá, o acumulado da inflação do período foi de 455% mais ou menos, mas a tarifa de energia subiu 1020%. Os dividendos não pagam imposto e as empresas que tomam conta mandam embora o dinheiro para o exterior. Ora é uma americana, ora italiana, ora francesa”, afirmou.

“Outra coisa que sofre um ataque terrível é o emprego. Essas empresas privadas compram transformadores, no caso

de energia elétrica, cabos, tudo de fora do país. Compram das indústrias que seus países de origem têm interesse. Isso gera desindustrialização e desemprego aqui no Brasil. Então, essas grandes empresas, como a Sabesp e do setor elétrico, são estratégicas para o desenvolvimento país”, disse Chicão.

Para Ubiraci, a privatização serve apenas para “atender aos interesses de meia dúzia de gananciosos privatistas que querem meter a mão na Sabesp, que vão, na prática, apenas piorar o serviço, aumentar a tarifa e deixar a parcela mais pobre da população numa situação deplorável. Essa é a mesma política da turma que está sabotando o presidente Lula com juros de real a 8%, que mandou só no último ano R\$ 800 milhões para a especulação financeira. Então temos que barrar esse projeto para que o Brasil possa fluir, fortalecer a indústria nacional, criar emprego e salário digno para o conjunto da população brasileira”, afirmou.

A ex-vereadora Lídia Correia, representando a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Federação das Mulheres Paulistas (FMP), lembrou que, “a Sabesp é uma das mais importantes empresas de saneamento e cuidados com água do Brasil, uma das maiores do mundo, tem cuidado da água e do nosso esgoto de modo exemplar. E por isso que essa luta é de todos nós, é de todas nós, contra a privatização da Sabesp. É fundamental a gente mostrar para toda a população e conquistar as mulheres e os homens para essa luta contra a privatização”, concluiu Lídia. RODRIGO L. PAULO

Entidades do funcionalismo consideraram o índice de 7,8% proposto pelo governo insuficiente para repor as perdas salariais

Entidades de servidores públicos federais que compõem o Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e a Federação Nacional de Auditores de Controle Interno Público (Fenaud) enviaram um ofício ao governo, na última sexta-feira (24), com uma contraproposta de reajuste salarial.

Após a abertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores públicos, o governo apresentou a proposta de 7,8% de reajuste. O índice foi considerado insuficiente pelo funcionalismo, que está sem qualquer reajuste salarial desde 2017. “O percentual de 7,8% está muito aquém das perdas acumuladas nos últimos anos”, afirmam as entidades, que propõem que o governo “eleve sua oferta para 13,5 % a partir do mês de março próximo”. A reivindicação foi aprovada em reunião dos integrantes do Fórum na mesma sexta-feira.

O ofício foi protocolado para o secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Sérgio Mendonça, e a proposta também será apresentada pelas entidades na próxima reunião da Mesa de Negociação, que ocorre amanhã (28).

“Os servidores estão muito ansiosos aguardando o desfecho dessa negociação, que nós esperamos que não se

estenda além de meados de março”, ressaltou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Rivânia Moura, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), também destaca que “a proposta do governo está muito aquém das exigências e necessidades das servidoras e dos servidores públicos, que amargam ao menos seis anos sem reposição da inflação e quatro anos sem qualquer reajuste”.

“Isso aponta para uma necessidade de recomposição salarial urgente, como temos reafirmado. O índice de 7,8% apresentado é menos do que foi finalizado na imprensa pela ministra Esther Dweck. É frustrante sentar na mesa de negociação e ter uma proposta desse patamar. A gente espera e exige que tenhamos mais zelo e respeito pela pauta dos servidores e das servidoras. Esse índice é muito insatisfatório para um processo de reparação e de negociação”, afirma Rivânia.

No mesmo dia na reunião, as entidades realizaram uma manifestação em frente ao Ministério de Gestão e Inovação, “para que possamos dar o tom desse processo de negociação, que não se desenvolve só na mesa, mas também com a presença das categorias por suas reivindicações”. “Sem pressão não há negociação!”, ressalta a dirigente.



Adilson: “As três centrais sacaram da manga um projeto confuso, divisionista e mal-escrito”

Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), postou nas redes sociais, nesta sexta-feira (17), que, “na plenária sindical do dia 18 de janeiro, convocada pelo presidente Lula, no Palácio do Planalto, “o sindicalismo deveria ter exigido a definição da política para o reajuste do salário mínimo, em vez de se preocupar com selfies. Se fossem mais sindicalistas e menos amigos de infância do presidente, teriam feito isso”.

“De todo modo, criou-se um grupo de trabalho com a tarefa principal de apresentar a proposta de política de aumento continuado do salário mínimo”, disse o presidente da CTB. Em vez de produzir tal estudo, as três Centrais (Adilson se refere à CUT, à Força Sindical e à UGT) sacaram da manga um projeto intempestivo, confuso, divisionista e mal-escrito sobre negociação coletiva.

“O objetivo real era colocar as centrais na base da pirâmide sindical e transformá-las em grandes escritórios de negociação. O documento

esparramou a discórdia, aprofundou as divisões e fragilizou a unidade sindical”.

Adilson lembrou que Lula, na plenária, pediu para o movimento sindical fazer sua pressão. Sendo assim, acredita o sindicalista, o presidente deve ter pensado: “esses companheiros não fazem o que combinamos dia 18 e, além disso, arranjam um projeto que não estava combinado. Vou eu mesmo resolver a questão, porque governante governa”.

O presidente da CTB considera que fazer nota contra Lula é fácil. “Quero ver o estudo de recuperação gradativa do mínimo, conforme o combinado na plenária nacional sindical do dia 18”.

Adilson, em entrevista ao HP, declarou que considera muito importante e significativo que o primeiro reajuste do salário mínimo fosse à regra revogada pelo Bolsonaro (inflação mais o crescimento do PIB), ou seja, R\$ 1.243. “Só trará vantagens para nossa economia, com o fortalecimento do poder de compra dos trabalhadores”.

CARLOS PEREIRA

HP

CHARGE DO ÉTON





Malcolm X no Harlem em junho de 1963 Filha de Malcolm X exige a reabertura de investigações sobre o assassinato do líder

Ilyasah Shabazz, filha do líder da luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, Malcolm X, anunciou na terça-feira (21) que abrirá mais um processo contra o FBI, a CIA e a polícia de Nova Iorque por conspirar para assassinar seu pai, crime que chega ao 58º aniversário, destacando que a ação visa divulgar mais amplamente a verdade do caso e fazer justiça.

A decisão foi comunicada em entrevista coletiva pelo advogado Benjamin Crump, que disse ter tomado conhecimento de que em novembro de 2021 foi confirmado e verificado que a Agência Central de Inteligência (CIA), o Departamento de Polícia de Nova Iorque, o Departamento Federal de Investigação (FBI) e o promotor de Nova Iorque têm novas evidências sobre o fato.

Essas provas foram “ocultadas de forma fraudulenta sobre o assassinato de Malcolm”, acrescentou Crump.

“Qualquer evidência que forneça uma maior compreensão da verdade por trás dessa terrível tragédia deve ser investigada exaustivamente”, declarou Ilyasah Shabazz.

“Saber a verdade sobre as circunstâncias que levaram à morte de meu pai é importante não apenas para nossa família, mas para muitos seguidores, muitos que procuram nele orientação, amor”, afirmou.

MALCOLM X DENUNCIOU A HIPOCRISIA

Em 21 de fevereiro de 1965, três meses antes de completar 40 anos de idade, dentro de um teatro lotado no Harlem, em Nova Iorque, quando pronunciava um discurso foi assassinado a grande liderança negra dos EUA, Hajj Malik El-Shabazz, mundialmente conhecido como Malcolm X.

Entre as centenas de pessoas que ouviam seu discurso, e assistiram a chuva de tiros desferidos na direção do seu corpo naquele dia, estavam sentadas nas primeiras cadeiras sua esposa grávida e suas outras três filhas.

Malcolm X foi uma das grandes lideranças dos EUA a se posicionar publicamente contra a Guerra do Vietnã, denunciada por ele como uma guerra racista e imperialista.

Partiu de Malcolm também a iniciativa de fazer as denúncias acerca da discriminação e os informes sobre a luta do movimento negro norte-americano chegarem a organismos internacionais como a ONU para situar o mundo sobre a condição de segregação e genocídio a que estavam submetidos. Argumentava que era preciso mostrar ao mundo as “mãos sujas de sangue” e a hipocrisia praticadas pelos governos norte-americanos; os limites da democracia e os impostos à cidadania dentro desse sistema de governo.

Isso ficou exposto em vários trechos de um de seus últimos discursos intitulado “Voto ou bala”: “Não sou democrata. Não sou republicano. [...] Estou falando como uma vítima desse sistema americano. E vejo a América pelos olhos da vítima. Não vejo nenhum sonho americano; vejo um pesadelo americano”.

As filhas de Malcom X e o advogado Ben Crump insistiram que seja investigada a participação do FBI e da polícia de Nova York no assassinato do líder negro exposta em carta no leito de morte por um policial, Raymond Wood, que atuava na época infiltrado, pedido que já apresentaram em 2021.

“Ray Wood, um policial disfarçado na época, confessou em uma carta de declaração no leito de morte que a NYPD [polícia de Nova York] e o FBI conspiraram para minar a legitimidade do movimento pelos direitos civis e seus líderes”, assinalou Crump.

“Sem nenhum treinamento, o trabalho de Wood era se infiltrar em organizações de direitos civis e encorajar líderes e membros a cometer atos criminosos. Ele também foi encarregado de garantir que o destacamento de segurança de Malcolm X fosse preso dias antes do assassinato, para que não tivesse segurança na porta enquanto ele se encontrava no Audubon Ballroom, onde foi morto em 21 de fevereiro de 1965”, resumiu o advogado.

Três homens foram condenados pelo assassinato e presos, e todos acabaram em liberdade condicional.

Na época Malcom X vinha assumindo uma concepção muito mais ampla da luta contra o apartheid vigente nos EUA e inclusive procurara se aproximar de Martin Luther King e de líderes de países africanos.

Reggie Wood leu em uma entrevista coletiva em 2021 a carta em que o primo Ray revela ter participado “de ações que, em retrospectiva, foram deploráveis e prejudiciais para o avanço do meu próprio povo negro. Minhas ações em nome do Departamento de Polícia de Nova York foram feitas sob coação e medo”.

“Por 10 anos, carreguei essa confissão secretamente com medo do que poderia acontecer à minha família e a mim se o governo descobrisse o que eu sabia”, revelou.

De acordo com essa carta de Wood, em 1965, os supervisores da polícia de Nova York (NYPD) o instruíram a arquitetar um complô para atrair dois membros-chave da segurança de Malcolm X, Khaleel Sayyed e Walter Bowe, a fim de garantir que os dois fossem presos e separados de Malcolm X durante seu discurso em 21 de fevereiro.

Sayyed e Bowe foram presos em 16 de fevereiro em conexão com um suposto ‘atentado contra a Estátua da Liberdade’, embora Bowe tenha testemunhado na época que era coisa de Wood. A carta divulgada mais de meio século depois corrobora a afirmação de Bowe.

Na carta, Ray Wood disse ter sido ameaçado pela polícia com “acusações pendentes de tráfico de álcool ... se não seguisse” as instruções para sabotar grupos de direitos civis. Sua confissão também compartilhou detalhes dos esforços da NYPD para incriminar um grupo de Panteras Negras, conhecido como “Pantera 21”, que foram absolvidos após serem injustamente acusados de planejar ataques terroristas em Nova York em 1969.

Italianos rejeitam envio de armas a Kiev e exigem “Otan fora da Itália”



Ato de Gênova partiu de coletivo de portuários e teve o apoio do PC italiano

Milhares exigem em Berlim a suspensão imediata da entrega de armas à Ucrânia

A concentração chamada de ‘Rebelião pela Paz’ foi convocada pela parlamentar do partido de esquerda Die Linke, Sahra Wagenknecht, e pela ativista dos direitos das mulheres Alice Schwarzer. Cerca de 20 mil pessoas participaram neste sábado (25) dos protestos na praça do Portão de Brandemburgo e apelaram ao chanceler alemão Olaf Scholz com a exigência de interromper imediatamente a escalada do conflito na Ucrânia.

“Pedimos ao chanceler que pare a escalada no fornecimento de armas. Agora! Ele deve liderar uma forte aliança para um cessar-fogo e negociações de paz nos níveis alemão e europeu.

Durante a ação, os participantes demonstraram cartazes e faixas com as inscrições: “Diplomacia, não armas”, “Armas alemãs estão matando russos e ucranianos de novo” e “Tenho vergonha da Alemanha, controlada por lobistas da indústria de armas”, segundo o jornal Berliner Zeitung.

A concentração que foi chamada de ‘Rebelião pela Paz’, foi convocada pela parlamentar do partido de esquerda Die Linke, Sahra Wagenknecht, e pela ativista dos direitos das mulheres Alice Schwarzer.

Em seu discurso, Wagenknecht afirmou que o fim da crise na Ucrânia não exigia tanques, mas sim diplomacia e disposição de compromisso de ambos os lados: “A cada arma que colocamos no barril de pólvora, aumenta o perigo de uma guerra mundial. Isso tem que acabar e não é propaganda de Putin”.

“Pedimos ao chanceler alemão que pare a escalada de entrega de armas. Agora!... Porque cada dia perdido custa até 1.000 vidas a mais – e nos aproxima de uma 3ª guerra mundial”, disseram os organizadores do protesto.

“Nunca antes o mundo esteve tão perto de uma guerra nuclear, nem mesmo durante a Guerra Fria. Não acreditamos mais em suas mentiras. Sabemos que seus tanques estão lá para a guerra”, assinalou Sahra Wagenknecht.

A Alemanha, juntamente com os Estados Unidos, tem sido um dos maiores fornecedores de armas para a Ucrânia.



Faixas e cartazes exigiram “Diplomacia, não armas”

alemão que pare a escalada de entrega de armas. Agora!... Porque cada dia perdido custa até 1.000 vidas a mais – e nos aproxima de uma 3ª guerra mundial”, disseram os organizadores do protesto.

“Nunca antes o mundo esteve tão perto de uma guerra nuclear, nem mesmo durante a Guerra Fria. Não acreditamos mais em suas mentiras. Sabemos que seus tanques estão lá para a guerra”, assinalou Sahra Wagenknecht.

A Alemanha, juntamente com os Estados Unidos, tem sido um dos maiores fornecedores de armas para a Ucrânia.

Ato em Paris repudia submissão da França a Otan/EUA e sua guerra imperialista

Vários protestos em massa contra a adesão da França à OTAN e seu contínuo apoio ao regime nazi de Kiev foram realizados neste domingo (26) na capital Paris e em outros locais em todo o país. As manifestações ocorreram pelo segundo fim de semana consecutivo e a maior delas foi em Paris, onde manifestantes denunciaram o apoio ao nazismo ucraniano.

Diferente da Itália, que já atraiu forças de esquerda para as manifestações anti-Otan, na França essas correntes parecem ainda não terem percebido o caráter imperialista e pró-nazista da Otan e sua guerra contra a Rússia.

“Vamos sair da Otan e da UE, organizações de guerra!”, diziam as faixas na manifestação. “Nova manifestação contra o subsídio da guerra na Ucrânia a saída da Otan!”, defendiam os participantes do protesto. “A mídia continua a nos ignorar, mas a resistência está aumentando na França”, bradavam os manifestantes.

Tatiana Tappayeva escreveu por Twitter: As bandeiras da UE e da Otan foram hoje rasgadas na Marcha Nacional pela Paz! O símbolo da nossa libertação! Vamos sair da Otan e da UE, organizações de guerra!

Os organizadores do ato, apelidado de Marcha Nacional pela Paz, afirmaram que o ato deste domingo (26) atraiu ainda mais participantes do que na semana passada, quando cerca de 10.000 compareceram a um comício na capital francesa. Protestos anti-Otan também foram realizados em cerca de 30 outros locais em toda a França.

Florian Pilipott expressou também por Twitter: Nova manifestação contra o subsídio da guerra na Ucrânia a saída da Otan! “A mídia continua a nos ignorar, mas a resistência está aumentando na França”

Os manifestantes marcharam pelas ruas de Paris, carregando uma grande faixa que dizia “Pela Paz”. Eles pediram a retirada da França da Otan, liderada pelos



Marcha contra a guerra tomou as ruas de Paris

EUA, e da UE, e pediram também a suspensão do fornecimento de armas à Ucrânia.

O ato também condenou o atual presidente francês, Emmanuel Macron, gritando “Macron saia!” – um slogan comumente usado por vários manifestantes anti-governo ao longo de sua presidência.

A França tem estado entre os principais apoiadores do regime de Kiev no conflito em curso com a Rússia, que eclodiu há um ano. Enquanto Macron fingia pedir uma solução diplomática para as hostilidades, Paris forneceu ativamente armamento variado para a Ucrânia, incluindo veículos blindados e obuses autopropulsados avançados.

“Otan é terrorismo de Estado”, proclamava uma das faixas trazidas ao ato de rejeição à utilização dos portos da Itália para o envio de armas em apoio ao regime neonazi de Kiev

A população levou faixas e cartazes com “Parem de usar nosso porto para contrabando de armas para a guerra”, “Otan é terrorismo de Estado”, “Abaixem as armas, aumentem os salários”, entre outras.

Nas cidades italianas de Gênova e Milão, milhares de pessoas foram às ruas no sábado (25) exigir o fim do envio de armas para a Ucrânia; condenar a política de “tudo para a guerra”; exigir “Otan fora da Itália” e denunciar as autoridades de Roma por violação da lei nacional ao enviar armas a país em conflito militar.

Organizado pelo grupo Coletivo Autônomo de Trabalhadores Portuários (CALP) com o apoio do Partido Comunista Italiano, o protesto ocorreu sob o lema “Abaixe as armas, aumente os salários” e expressou, como dito nas faixas, “Otan é terrorismo de Estado”.

O porta-voz do CALP, José Nivoi, denunciou o governo italiano por violar a lei 185 de 1990, que “impôs a proibição da importação, exportação e trânsito de armas da Itália para os estados em guerra”.

Riccardo Rudino, também do CALP, afirmou que o “conflito na Ucrânia não começou no ano passado”, mas sim “em 2014, com o massacre da população de língua russa em Donbass”.

Os manifestantes marcharam pelo porto de Gênova, exigindo o fim do uso da instalação para embarques de armas com destino a cidades ucranianas.

Os organizadores também afirmaram que eles estavam se relacionando com “associações e ativistas com ideias semelhantes em várias cidades europeias” para fortalecer a defesa de seus povos.

Em Milão, milhares de pessoas se manifestaram contra o fomento à guerra pelo despejo constante de armas na Ucrânia. Cantaram slogans pela paz e agitaram bandeiras, incluindo as da Rússia e da República Popular de Donetsk.

LONDRES

As manifestações na Itália coincidiram com a da capital alemã, Berlim, onde mais de 20 mil pessoas participaram da concentração chamada de ‘Rebelião pela Paz’, convocada pela parlamentar do partido de esquerda Die Linke, Sahra Wagenknecht, e pela ativista dos direitos das mulheres Alice Schwarzer.

Na praça do Portão de Brandemburgo em Berlim, o protesto exigiu negociações de paz para acabar com as hostilidades na Ucrânia. Os participantes também exigiram o governo alemão que pare de enviar armas para Kiev.

Enquanto isso, milhares de manifestantes se juntaram na Trafalgar Square, em Londres, e cobraram ao governo do premiê Rishi Sunak que ponha fim ao envio de armamentos para Kiev. O evento contou com a presença do ex-líder do Partido Trabalhista britânico, Jeremy Corbyn e os manifestantes alertaram que o envio de armas à Ucrânia, além de injustificável, põe em risco a paz na região.

Além dos Estados Unidos, a Alemanha e o Reino Unido estão entre os países que forneceram o maior apoio militar ao governo de Volodymyr Zelenski desde o início da operação militar especial russa em 24 de fevereiro de 2022 para proteger a população de Donbass e desnazificar e desmilitarizar o regime neonazista de Kiev.

Israelenses assaltantes de terras vandalizam a cidade de Hawara na Palestina

Dezenas de colonos vindos de assentamento judaico vizinho invadiram a cidade palestina, incendiaram 36 casas e 15 carros, além de destruírem lojas. Um palestino morreu e outros 100 ficaram feridos.

Colonos israelenses (denominação suave para assaltantes de terras ocupadas e usurpadas aos palestinos) invadiram a cidade palestina de Hawara e, tomados de um frenesi sangüinário puseram-se a incendiar casas e carros e a destruir vitrines de lojas a pedradas.

Os números dão conta do tamanho do criminoso vandalismo: 36 casas incendiadas, 15 carros destruídos, mais de 100 palestinos feridos e um morto.

O pretexto para a chacina foi o assassinato de dois colonos a tiros quando passavam de carro pela mesma cidade, mas cujo autor ainda não foi determinado.

A dimensão da punição coletiva não deixa nada a dever aos pogroms (incursões assassinas contra aldeias judaicas na Europa Oriental no período do regime czarista ou às razias de punição coletiva nazistas quando integrantes de suas tropas de ocupação caíam diante da resistência nos países ocupados.

Moradores da cidade cisjordana descreveram o pânico que os atingiu quando o assalto estava em andamento, enquanto os soldados das forças de ocupação israelenses assistiam impassíveis para só entrarem em ação quando o estrago já estava feito.

“Em nenhum momento pensei em minha casa ou em meus bens, a única coisa que me vinha era a preocupação com minhas crianças e em como salvá-las daquele pesadelo”, disse um dos moradores a entrevistador do portal Middle East Eye.

“Nós acabamos conseguindo sair da casa para local seguro com a ajuda de equipes de ambulâncias que se arriscavam e também caíam sob ataques dos colonos. Tudo acontecia enquanto os soldados permaneciam parados”, acrescentou o morador de Hawara.

Diversas organizações de direitos humanos e uma manifestação ocorrida no sábado em Tel Aviv, repudiaram a estúpida violência.

Entre os que se indignaram com o pogrom, a organização israelense B’Tselem, para quem “foi um ato de punição coletiva por colonos israelenses que desfrutaram de uma presença apoiada pelo governo em terras ocupadas palestinas, o que representa uma violação da lei internacional”.

“O regime supremacista judaico perpetrou um pogrom em cidade próxima a Nablus ontem”, prossegue a nota deste domingo do B’Tselem.

“Não se trata de ‘perda de controle’. Isso é exatamente como se mostra o controle israelense. Os colonos fazem o ataque, os militares o asseguram e os políticos o apoiam”, denuncia o grupo. Há uma fatídica sinergia”.

“O pogrom de Hawara foi uma manifestação extrema de uma política israelense que se estende por muito tempo. Foi, portanto, um massacre levado a cabo pelo Estado de Israel”, acrescenta.

Já o premiê, Netanyahu, ao invés de condenar a razia de cunho racista, pediu meramente que os colonos “não queiram fazer justiça com suas mãos” e pediu aos vândalos que “deixem às forças israelenses realizarem seu trabalho”.

Regime de Kiev cassa credenciais de jornalistas da Itália e da Dinamarca

Mesmo beneficiado pela cobertura mais tendenciosa, vista em décadas, por parte da mídia global o regime de Kiev acha pouco e tem cassado jornalistas estrangeiros, depois de ‘convidá-los’ a mentir.

E o caso de dois jornalistas italianos a serviço da rede estatal RAI, em fevereiro e, no ano passado, de uma premiada jornalista dinamarquesa, aos quais acusou paranoicamente de ‘colaborar com o inimigo’.

O caso de um jornalista fotográfico italiano, morto a tiros em 2014 no Donbass, por tropas ucranianas, continua na impunidade. Também já tiveram suas credenciais cassadas equipes da Sky News e da CNN quando transmitiam ao vivo a retomada da cidade de Kherson.

CENSURA VIA CASSAÇÃO

Segundo a Federazione Nazionale di Stampa Italiana (Federação Nacional de Imprensa Italiana – FNSI), os jornalistas Alfredo Bosco e Andrea Sceresini tiveram seu credenciamento de imprensa retirado pelo Ministério da Defesa em Kiev no dia 6 de fevereiro por supostamente estarem “colaborando com o inimigo”. Um terceiro jornalista italiano, Salvatore Garzillo, esteve na Polônia e não conseguiu entrar de volta na Ucrânia, tendo de retornar à Itália.

“Os cronistas não participam de guerras, eles contam sobre elas. Precisamos garantir sua segurança e o direito de realizar seu trabalho”, postou o presidente da FNSI, Vittorio Di Trapani. A revogação de credenciais foi também condenada em um novo relatório do International Press Institute.

Bosco e Sceresini são freelancers e trabalhavam para a rede estatal RAI. Eram credenciados para cobrir a guerra na Ucrânia desde março de 2022, e já tinham documentado as tensões em regiões disputadas pela Rússia e pela Ucrânia no passado. No dia 18 de fevereiro, a emissora veiculou uma reportagem feita pela dupla de profissionais no Donbass.

COM O SERVIÇO SECRETO NA COLA

No Facebook, Sceresini relatou que, ao saber do boato de que eles seriam acusados de espíões para os russos e que o SBU (Serviço Secreto ucraniano) queria interrogá-los, os dois voltaram de Bakhmut, no leste do país, palco dos confrontos mais violentos das últimas semanas. De acordo com as informações disponíveis, a situação de Bakhmut é cada vez mais precária e está prestes a ser controlada pelas forças russas.

“Não tendo nada a temer, fornecemos todos os nossos dados e pedimos para ser convocados o mais rápido possível. Ficamos dias trancados em um apartamento em Kramatorsk, porque lá fora estava cheio de soldados e postos de controle, e quem for pego com um cartão de imprensa inválido corre o risco de ser preso”, relatou o jornalista.

Em busca de apressar o desbloqueio das credenciais de jornalistas, os dois foram para a capital, Kiev, onde fica a sede da SBU, na expectativa de poderem prestar depoimento logo e solucionar a questão. Em vão: mesmo em Kiev, nada. Eles continuam impedidos de trabalhar e evitam andar pela capital, pois não podem circular pela Ucrânia diante do risco de serem detidos em postos de controle ou coisa pior.

Um dos principais jornais italianos, “Il Fatto Quotidiano”, publicou carta em que os dois jornalistas tentam desvendar o que está ocorrendo. “A suspeita – também com base nos rumores que circularam entre os fixers [jornalistas locais que ajudam repórteres estrangeiros em cobertura de campo] – é que o problema seria nossa experiência de trabalho jornalístico nas repúblicas separatistas que, como centenas de outros colegas, visitamos várias vezes desde 2014”, registraram.

Tentando sensibilizar os censores, na carta Bosco e Sceresini alegaram inclusive que suas reportagens na época documentaram coisas que seriam contrárias aos governos populares locais como “o negócio de minas ilegais geridas por líderes ‘pró-russos’, a presença de voluntários de extrema direita, incluindo italianos, e as rixas internas dentro dos governos das repúblicas não reconhecidas de Donetsk e Lugansk”. “Ao mesmo tempo – tendo também obtido um cartão especial da SBU – naqueles anos obviamente também visitamos a frente do lado ucraniano”, eles acrescentaram, mas a posição imparcial dos jornalistas não os ajudou até agora.

DEFENDER O “DIREITO À NOTÍCIA”

Em uma reunião em defesa da liberdade de imprensa e pela devolução das credenciais a Bosco e Sceresini, o presidente da FNSI destacou que “num país como o nosso e num momento como este, é fundamental que a narrativa sobre a guerra seja feita de forma ininterrupta porque a censura não é algo que diz respeito ‘apenas’ aos jornalistas censurados, mas a todos os jornalistas e a todos aqueles que têm o direito de receber informações”.

“Estamos acostumados a ver jornalistas pró-ucranianos e algumas vozes pró-russas, em vez disso, temos o direito à notícia. E Salvatore Garzillo tem razão: somos ‘apenas’ repórteres e ‘só’ temos o microfone para contar a história”, enfatizou.

Para o Presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Jornalistas, Carlo Bartoli, além da solidariedade aos repórteres excluídos da Ucrânia e impossibilitados de trabalhar, é fundamental que a política trate dessa história e “é justo que todas as entidades de classe, unidas, peçam que os jornalistas fiquem livres para realizar seu serviço sem censura”.

A íntegra em www.horadopovo.com.br

‘Resolução da ONU não ajuda para apressar o fim do conflito’, diz Rússia



O diplomata da Rússia, Vassily Nebenzia, se dirige à Assembleia Geral da ONU

Desastre de trem em Ohio expõe desleixo das empresas por segurança para obter mais lucro

O desastre que provocou o descarrilamento de um trem contendo produtos químicos, bem como seu derramamento nas proximidades da pequena cidade de East Palestine, em Ohio, nos EUA, em 3 de fevereiro, poderia ter sido evitado, revelando a falta de regulamentação e controle em favor das empresas e em detrimento dos possíveis danos causados ao planeta e à saúde humana diante de uma catástrofe ambiental, de acordo com a presidente do Conselho Nacional de Segurança nos Transportes (NTSB), Jennifer Homendy.

Os detalhes iniciais da investigação do Conselho sobre a causa do descarrilamento do trem Norfolk Southern, emitida na sexta-feira (24), detectaram peças que atingiram uma temperatura de 123 °C).

Em entrevista à ABC News, a especialista confirmou que a principal causa do acidente tinha sido uma falha num rolamento, a peça que liga a roda ao eixo dos vagões. Segundo as imagens das câmaras de vigilância locais, o comboio apresentava “um destes rolamentos num dos estados finais de sobreaquecimento antes do descarrilamento do comboio”.



Coluna de fumaça tóxica em East Palestine após o desastre de trem com vagões de produtos químicos

“Se houvesse um detector antes, se o sistema de alarme da companhia responsável pelo trem tivesse avisado mais cedo aos engenheiros que os rolamentos estavam superaquecendo, esse descarrilamento poderia não ter ocorrido”, afirmou aos repórteres em Washington.

“Chamamos essas coisas de acidentes, mas não são acidentes. O que aconteceu foi cem por cento evitável”, lamentou durante uma coletiva de imprensa, onde também anunciou que os residentes da cidade East

Palentine poderão ouvir isso em primeira mão quando mais detalhes forem conhecidos sobre os possíveis efeitos do descarrilamento. Jennifer Homendy, no entanto, alertou que o relatório final do incidente pode levar até dois anos para ver a luz do dia.

Peritos ferroviários também ressaltaram que o acidente ocorrido nos primeiros dias deste mês foi o resultado de medidas de segurança menos rigorosas e mão de obra reduzida, parte de uma política para aumentar os lucros das empresas ferroviárias.

Leia mais no site do HP

China exige que ONU acelere investigação do atentado contra gasodutos Nord Stream

O representante permanente da China na ONU, Zhang Jun, pediu que a investigação da explosão do Nord Stream seja acelerada para que a verdade seja estabelecida rapidamente, insistindo em que os perpetradores não deveriam escapar impunes. A solicitação chinesa reforça a solicitação da Rússia de que a ONU investigue o ataque à crucial infraestrutura de fornecimento de gás russo aos países europeus e em particular à Alemanha, cometido em 26 de setembro do ano passado.

Artigo do premiado jornalista Seymour Hersh, no início do mês, denunciou que o ataque foi decidido nos mais altos escalões da Casa Branca e da CIA, com o planejamento da “ação

cinética” tendo começado antes do início da operação militar especial russa na Ucrânia. A instalação dos explosivos por submarinistas norte-americanos ocorreu sob a cobertura de uma operação anual da Otan em junho do ano passado e a detonação ficou a cargo dos cúmplices noruegueses.

Foi também Hersh quem trouxe à luz o massacre de Mi Lai na Guerra do Vietnã; a perseguição de ativistas contra a guerra e pelos direitos civis, que resultou na Comissão Church do Congresso para investigar a CIA; e a tortura em Abu Graib, durante a Guerra do Iraque.

Para Zhang, as decla-

rações de Washington sobre seu “não envolvimento” não são suficientes. “Estamos aguardando uma explicação convincente das partes envolvidas”, acrescentou. Ele disse ainda que a ONU, como a organização internacional com maior autoridade, deve desempenhar um papel ativo na investigação das explosões.

O embaixador chinês exigiu uma investigação objetiva, imparcial e profissional sobre atentado, com a divulgação de conclusões não apenas sobre o incidente em si, mas também sobre como isso afeta a segurança da infraestrutura transfronteiriça global: isso precisa ser destacado”.

Matéria completa no site do HP

O representante russo, Vassily Nebenzia, ressalta que a proposta dos EUA, “fomentador do conflito”, não atende à necessidade de segurança da Rússia nem garante fim da limpeza étnica perpetrada por Kiev contra a população do Donbass há oito anos

A resolução da Assembleia Geral da ONU não aproximará o mundo do fim do conflito na Ucrânia, advertiu Vassily Nebenzia, enviado permanente de Moscou à organização, após a votação na quinta-feira (23), véspera do início, há um ano, da operação militar especial russa para proteger a população russófona ameaçada de iminente limpeza étnica pelo regime instaurado por golpe em 2014 e para desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia e impedir que fosse anexada pela Otan.

“[A resolução] significa a continuação de sua linha russofóbica militarista enquanto usa o chamado apoio dos membros da ONU como cobertura”, sublinhara em seu discurso Nebenzia, para quem seu objetivo era “encorajar as ações do Ocidente” e servir de pretexto para alegar que a Rússia está supostamente “isolada”.

Não-vinculativa, a resolução, aprovada após, como dizia Obama, algumas “torções de braço” e outros expedientes, pede que a Rússia “retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas”. Também condena Moscou por “agressão” contra o estado vizinho.

O documento foi apoiado por 141 países, enquanto sete, incluindo a Rússia, votaram contra. Um total de 32 membros da ONU, incluindo China, Índia, África do Sul, Vietnã, Etiópia, Irã e Paquistão, se abstiveram. Aqueles que votaram contra ou se abstiveram representam quase metade da população mundial.

Antes da votação, Nebenzia já a havia assinalado “prejudicial” às perspectivas de encerrar o conflito. “Podemos dizer com certeza: a resolução apresentada certamente não ajudará”, afirmou. A Assembleia Geral rejeitou uma emenda proposta pela Bielorrússia que exortava os países a “abster-se de enviar armas para a zona do conflito” e pedia “o início das negociações de paz”.

OITO ANOS DE GUERRA

Falando perante a Assembleia Geral, Nebenzia reiterou que a Rússia lançou sua ofensiva “para encerrar a guerra de oito anos travada pelas autoridades de Kiev contra o povo de Donetsk e Lugansk”. Conflito em que morreram mais de 14 mil pessoas, e para o qual a Rússia buscou uma saída negociada, através dos acordos de Minsk, que assegurariam ao Donbass, historicamente terra russa, autonomia e direito a usar sua língua natal.

Para saber recentemente, da boca dos signatários garantidores, a ex-primeira-ministra alemã Merkel e o ex-presidente francês Hollande, que era só uma encenação, para dar tempo a Kiev se rearmar. Mas o regime de Kiev alega que é uma “guerra não provocada”.

Diante de ameaça de iminente operação de limpeza étnica no Donbass, com os bombardeios contra as Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk tendo se multiplicado em uma semana, a Rússia passou a reconhecê-las, depois de oito anos de acordos não cumpridos de Minsk e, exercendo o direito de auto-defesa previsto no artigo 51 da Carta da ONU, agiu para evitar a repetição da expulsão, sob uma ofensiva croata supervisionada pela Otan na década de 1990, de centenas de milhares de sérvios da Krajina, durante a guerra para espartilhar a Iugoslávia.

Antes, a Rússia se dirigira aos EUA e a Otan, pedindo a restauração do princípio da segurança coletiva e indivisível, com o retorno de tropas e sistemas de armas ofensivas à linha existente em 1997, quando foi assinado o Ato Fundador Rússia-Otan. Ou seja, parando o avanço da Otan até às portas da Rússia, em violação dos compromissos assumidos quando da reunificação alemão. Em 2008 ,

cinco após invadir o Iraque usando mentiras, W. Bush anunciou seu plano de anexar a Ucrânia à Otan, desfazendo sua neutralidade.

REGIME DE KIEV

Para tornar a situação mais complexa, o atual regime em Kiev foi imposto via um golpe da CIA que usou como tropa de choque neonazistas, que derrubou o presidente legítimo, com direito à subsecretária de Estado Victoria Nuland nomear o novo fantoche, “Yats, que a UE se f***”, e à nomeação do filho, pelo então vice Biden, para uma sinecura como ‘diretor’ de uma empresa de gás ucraniana. Como mostrado também pela explosão do Nord Stream 2, Washington anda dispendendo as sutilezas.

Registre-se ainda que o novo regime patrocinado pela CIA logo se assumiu como “herdeiro” dos colaboracionistas da invasão hitlerista, o principal deles, Bandera, e notórios chacinadores de poloneses, judeus e soviéticos, em nome da ‘pureza racial ucraniana’. O ‘novo regime’ proclamou como metas a ‘descomunização’ e a ‘des-russificação’ e lançou as hordas neonazistas contra os antifascistas, provocando o levante no Donbass e o plebiscito que reunificou a Crimeia à Rússia.

As duas repúblicas, Donetsk e Lugansk,, juntamente com outras duas ex-regiões ucranianas, acabaram se juntando à Rússia em setembro passado após a realização de referendos.

Em paralelo, a chance-laria russa manifestou-se positivamente sobre o documento chinês dos “12 pontos” para uma negociação de paz na Ucrânia. “Moscou aprecia muito o desejo sincero dos amigos chineses de contribuir para a solução do conflito na Ucrânia por meios pacíficos”, disse o comunicado.

“Compartilhamos as opiniões de Pequim. Estamos comprometidos com os princípios de observar a Carta da ONU, as normas do direito internacional, incluindo o direito humanitário, a indivisibilidade da segurança, segundo a qual a segurança de um país não deve ser fortalecida às custas do segurança de outro, o que também se aplica à segurança de certos grupos de países”, diz o comunicado.

Conforme o comunicado, a Rússia apoia a posição da China e considera ilegais quaisquer medidas restritivas [sanções] não autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU. “Este é um instrumento grosseiro de concorrência desleal e guerra econômica”, enfatizou o MRE russo.

O comunicado reiterou a abertura de Moscou para atingir todos os objetivos da operação especial por meio da diplomacia. Ao mesmo tempo, é indicado que os países ocidentais devem parar de fornecer armas e enviar mercenários para a Ucrânia.

Além disso, as autoridades de Kiev devem concordar em retornar ao status de não bloco [neutro] do país e reconhecer as novas realidades territoriais. Estabelecidas como resultado da realização do direito dos povos à autodeterminação, desmilitarização e desnazificação da Ucrânia, bem como a eliminação de todas as ameaças que emanam de seu território.

Cidadãos da Ucrânia, incluindo a população de língua russa e representantes de minorias nacionais, devem ter garantidos todos os direitos inalienáveis, incluindo o direito de falar e estudar em sua língua nativa, diz o comunicado.

Leia mais no site do HP

Carnaval 2023

Celebração ao povo, aos sambistas, à cultura popular, negra e nordestina, com garra e alegria

Após 22 anos, a Imperatriz Leopoldinense sagrou-se campeã do Carnaval carioca com homenagem a Lampião e à cultura do cordel. Zeca Pagodinho, Arlindo Cruz e Alcione também brilharam na avenida. Em São Paulo, contando a história do primeiro samurai negro, a Mocidade Alegre garantiu o 11º título de sua história e a Vai-Vai, campeã do grupo de acesso, retorna triunfante à elite do carnaval

A Imperatriz Leopoldinense levou o título de campeã do Carnaval de 2023 no Rio de Janeiro. A vitória, 22 anos depois da última conquista, aconteceu num desfile em que a Imperatriz teve como tema o embate entre Lampião, Satanás e São Pedro. Foram, ao todo, 24 alas, cinco carros alegóricos, dois tripés e 3 mil componentes retratando a vida e a morte do jagunço, barrado no inferno e no céu, à luz da cultura do cordel, num Nordeste multicolorido.

Expedida Ferreira Nunes, de 90 anos, filha de Lampião, se emocionou com a vitória. “Foi muito emocionante. Eu não vim para perder. Essa é uma homenagem ao Nordeste”, disse.

A Verde e Branca de Ramos chegou ao nono título da história apenas um ano depois de regressar ao Grupo Especial — em 2019, foi rebaixada para a Série Ouro, conquistou em 2020 o acesso e reestreeu na elite em 2022, quando ficou em 10º lugar. Ela foi campeã com 269,8 pontos. Em segundo lugar, ficou a Viradouro, seguida da Vila Isabel.

“Feliz demais! Dedico esse título ao meu pai que faleceu [Luizinho Drummond]. Ele foi quem fez a Imperatriz. Eu tenho certeza de que o céu está em festa, tenho certeza de que o Complexo do Alemão está em festa. É para vocês, Complexo!”, vibrou Cátia Drummond, presidente da escola.

Com o samba-enredo criado para contar a história do cantor Zeca Pagodinho, a Grande Rio conseguiu boas notas de largada. A escola cruzou a Sapucaí com o tema: “Ô Zeca, o pagode onde é que é? Andei descalço, carroça e trem, procurando por Xerém, pra te ver, pra te abraçar, pra beber e batucar”.

A Mangueira fez uma viagem às ancestralidades africanas e homenageou o Carnaval da Bahia, fechando o primeiro dia de desfiles. Personificadas na rainha Alcione, as mulheres negras tiveram destaque na avenida.

A Império Serrano ficou na última colocação na apuração do Grupo Especial nesta quarta-feira (22) e, portanto, vai disputar a Série Ouro do Carnaval do Rio em 2024. A escola defendeu um enredo homenageando o cantor e compositor Arlindo Cruz.

Algumas escolas tiveram problemas. Pouco antes de entrar na avenida, um dos módulos do carro abre alas da Beija-Flor pegou fogo e assustou os integrantes da escola.

A Unidos da Tijuca também teve problemas: um dos carros, que exibia o Farol da Barra, teve o monumento tombado e desfilou avariado na avenida.

O desfile das campeãs, levou ao Sambódromo, no sábado (25), Imperatriz Leopoldinense, Viradouro, Vila Isabel, Beija-Flor, Mangueira e Grande Rio, as seis escolas que tiveram melhor colocação. Em São Paulo, após 9 anos



sem vencer o Carnaval, a Mocidade Alegre levou o título de campeã. Neste ano, a escola que não vencia desde 2014, levou para o Sambódromo do Anhembi um enredo sobre a história do primeiro samurai negro, Yasuke, e com isso garantiu o 11º título de sua história.

A apuração, que aconteceu no sambódromo na tarde de segunda-feira (21), com a locução de Antônio Pereira da Silva Neto, o Zulu, conferiu a Mocidade 270 pontos em uma disputa acirrada com a Mancha Verde.

Em 2022, além das cinco primeiras colocadas do Grupo Especial, desfilaram as duas escolas que tiveram as maiores notas no Grupo de Acesso 1 e a vencedora do Grupo de Acesso 2. As duas agremiações do Grupo Especial que obtiveram as notas mais baixas – Unidos de Vila Maria e Estrela do Terceiro Milênio – migram para o Grupo de Acesso 1.

A Vai-Vai, tradicional escola de samba da Bela Vista, no centro de São Paulo, confirmou as expectativas deixadas no Sambódromo do Anhembi quando se apresentou no sábado (18), e garantiu o seu retorno ao Grupo Especial do carnaval paulistano em 2024, ao se sagrar campeã do Grupo de Acesso.

Ao desfilar sob os gritos de “é campeã”, a Vai-Vai fez uma apresentação perfeita que entra para a lista das maiores escolas de samba na capital paulista. A apresentação não apenas consagra a escola como campeã do Grupo de Acesso mas leva-a de volta ao Grupo Especial no carnaval do próximo ano.

A conquista também representa um passo importante para deixar para trás a tristeza vivida em 2019, quando a escola foi rebaixada ao Grupo de Acesso 1 pela primeira vez, e novamente o descenso em 2022, quando ficou na última posição do carnaval de São Paulo.

Escola com mais títulos do carnaval paulistano no Grupo Especial, –15 ao todo, – reeditou no sambódromo seu enredo “Eu também sou imortal”. A arquibancada do Anhembi foi ao êxtase com o samba da agremiação do Bixiga, que cantou sobre a vida.

O tema, que aborda a busca pela imortalidade, nas ciências, na religião, nos mistérios da vida e da morte, foi apresentado originalmente no Carnaval de 2005, quando a escola ficou na quinta colocação no Grupo Especial. O resultado contrariou os componentes da Vai-Vai na época. Como protesto, a entidade então comandada por Sólton Tadeu Pereira não compareceu ao desfile das campeãs.



No alto, no destaque do carro da Imperatriz Leopoldinense, a filha de Lampião, de 90 anos. “Foi muito emocionante. Eu não vim para perder. Essa é uma homenagem ao Nordeste”, disse.

Ao lado, Evelyn Bastos, que completa 10 anos como rainha de bateria da Mangueira e, abaixo, carro da Mocidade Alegre, escola da zona norte de São Paulo que contou a história de Yasuke, o samurai negro (Fotos Reprodução)

